

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Ivaneide Lemos Vasconcelos Silva

NEGRINHA, CAÇADAS DE PEDRINHO E CARTAS DE LOBATO:
UMA INVESTIGAÇÃO DO RACISMO SOB A ÓTICA DA ACD

Recife - PE
2016

Ivaneide Lemos Vasconcelos Silva

**NEGRINHA, CAÇADAS DE PEDRINHO E CARTAS DE LOBATO: UMA
INVESTIGAÇÃO DO RACISMO SOB A ÓTICA DA ACD**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências da Linguagem, na Área de Concentração em Teoria e Análise de Organização Linguística e na Linha de Pesquisa Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Orientador: Prof.Dr. Karl Heinz Efken

Recife - PE
2016

**NEGRINHA, CAÇADAS DE PEDRINHO E CARTAS DE LOBATO:
UMA INVESTIGAÇÃO DO RACISMO SOB A ÓTICA DA ACD**

Ivaneide Lemos Vasconcelos Silva

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito para o título de Mestre em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Defesa pública em:

Recife, _____/_____/2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Karl Heinz Efken
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
(Orientador)

Prof. Dr. Moab Duarte Acioli
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
(Avaliador interno)

Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Leal
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
(Avaliadora Externa)

Recife - PE
2016

*Dedico este estudo ao meu esposo, companheiro e amigo,
Gilmar Belarmino da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço ao Deus Vivo pela realização do meu sonho, de fazer o Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem na Universidade Católica de Pernambuco;

Ao orientador, Prof. Dr. Karl Heinz Efken, pela paciência quanto ao acompanhamento durante a construção dessa dissertação;

Aos professores Moab Duarte Acioli e Maria Marly de Oliveira pela dedicação e apoio que me foram dispensados;

Também agradeço a todos os professores do curso pelos sábios ensinamentos e aos colegas de turma;

Os meus sinceros agradecimentos à Secretaria de Educação de Pernambuco;

Aos meus sobrinhos, em especial a Samuel Jhônatas por todo assessoramento tecnológico na digitação dessa dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa é um estudo das obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato analisadas sob a égide da Análise Crítica do Discurso. Procuramos elucidar problemas que dizem respeito às razões que levaram estas obras a serem consideradas racistas, bem como possibilitar o redirecionamento de leitura. Tais obras são fruto de um determinado momento histórico e são caracterizadas por ideologias quanto ao racismo no Brasil do início do século XX. Cabe, portanto, aos professores, a realização de uma análise crítica sobre o preconceito racial que existe em nossa sociedade e que infelizmente é um discurso costumeiramente não analisado de forma crítica. Esta pesquisa tem como principal aporte teórico o Modelo Tridimensional do Discurso de Fairclough (1989, 1997, 2001). O discurso é o formador constitutivo de discriminação racial nas esferas textual, na discursiva e na prática social. Esses discursos narrativos manipulam os usuários da língua para os próprios interesses. São explicados por Van Dijk (2005, 2012a, 2012b, 2012c) como modelos mentais que constituem o sistema racista e que fazem alusão à ideologia enquanto instrumento persuasivo capaz de direcionar as pessoas para objetivos próprios de poder; a cognição como modelo mental; a constituição do sistema racista de discriminação racial. Assim, o contexto é visto como um construto de discursos orais e escritos, de ideologias, de poder, de interação e de (re) produção de ações comunicativas. Finalmente, a realização desse estudo, permite-nos afirmar que as duas obras trazem indícios racistas. Sugerimos que as escolas e as bibliotecas públicas transmitam conhecimentos sobre o contexto histórico da época das obras em que foram escritas. Que sejam realizadas análises críticas por meio de um confronto com o atual contexto da sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso. Ideologia. Literatura Infanto-juvenil. Monteiro Lobato.

ABSTRACT

This research is a study of the works "Negrinha" and "Cassada de Pedrinho" Monteiro Lobato analyzed under the aegis of Critical Discourse Analysis. We tried to elucidate issues concerning the reasons for these work be considered racists, and this analysis can direct reading in Portuguese classes. Such works are the product of a particular historical moment and they are characterized by strong ideological connotations related to racism in Brazil of the early twentieth century. It is therefore up to teachers, conducting a critical analysis to attenuate the racial prejudice that exists in our society and that unfortunately isn't a speech generally analyzed in a critically way. This research is mainly theoretical support the three-dimensional model of the speech Fairclough (1989, 1997, 2001), where the speech is the constitutive trainer of racial discrimination in textual spheres, the discursive and social practice. These narrative speeches manipulate language users for their own interests. They are explained by Van Dick (2005, 2012a, 2012b, 2012c) as mental models that make up the racist system and alluding to the ideology as persuasive instrument able to direct people to own goals of power; cognition and mental models; the establishment of the racist system of racial discrimination. Thus, the context is seen as a construct of oral and written discourse, ideologies, power, and interaction and (re) production of communicative actions. Finally, the realization of this study allows us to state that the two works bring indeed strong racist connotations. In this sense, we suggest them to be studied in schools or sent to public libraries, need accurate information about the historical context in which they were written. Which are conducted critical analyzes through a confrontation with the current context of contemporary society.

Keywords: Critical Discourse Analyses. Ideology. Infant-youthful literature. Monteiro Lobato.

LISTA DE ABREVIATURAS

IARA	Instituto de Advocacia Racial e Ambiental
CGU	Controladoria Geral da União
FIFA	Federação Internacional de Futebol
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca Escolar
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
ACD	Análise Crítica do Discurso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LD	Livro Didático
LC	Linguística Crítica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
EJA	Educação de Jovens e Adultos

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legitimação.....	40
QUADRO 2	Dissimulação.....	40
QUADRO 3	Unificação.....	41
QUADRO 4	Fragmentação.....	41
QUADRO 5	Retificação.....	42

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
LISTA DE ABREVIATURAS.....	07
LISTA DE QUADROS.....	08
INTRODUÇÃO.....	11

SEÇÃO I UMA HISTÓRIA MARCADA PELO RACISMO

1.1	Referências históricas sobre o negro e o contexto de escravidão no Brasil.	19
1.2	O lugar de Monteiro Lobato no início do século XX.....	28
1.3	O Racismo na segunda década de XX e sua continuidade no século XXI.....	29
1.4	Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a pluralidade cultural.....	32

SEÇÃO II RACISMO E PODER: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO TRIDIMENSIONAL EM FAIRCLOUGH

2.1	Prática textual: o poder do discurso.....	36
2.2	Prática discursiva e intertextualidade.....	37
2.3	Prática social: ideologia e a consolidação do poder político.....	39
2.4	“Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” e a (des) legitimação da discriminação racial em seu tempo.....	43
2.4.1	O discurso do poder dos grandes.....	43
2.4.2	O poder de discurso: da mulher branca.....	44
2.4.3	O poder do discurso do passado perigoso.....	45
2.4.4	O discurso da negação da infância negra.....	46
2.4.5	O poder do discurso educacional.....	49
2.4.6	“Caçadas de Pedrinho” e o poder do discurso educacional.....	49
2.4.7	Discurso em torno da subserviência da mulher negra.....	49
2.4.8	O poder das metáforas.....	50
2.4.9	A intertextualidade de “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” e as cartas de Monteiro Lobato ao amigo Rangel.....	52
2.4.10	A Ideologia como suplantação da classe negra.....	53

SEÇÃO III DISCURSO E CONTEXTO: UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

3.	Van Dijk: o conceito de poder.....	58
3.1	Os modelos mentais em Dijk.....	63
3.2	A cognição como modelo mental em discursos.....	67
3.3	O conceito de contexto para Dijk.....	68
3.4	Análises de algumas cenas de modelos mentais racistas nas obras de Monteiro Lobato.....	72

3.4.1	Modelos mentais espaciais.....	72
3.4.2	Modelos mentais cognitivos.....	74
3.4.3	Os pilares construtores do racismo.....	75
3.4.3.1	Na área econômica.....	76
3.4.3.2	A negação do discurso na constituição racista.....	77
3.4.3.3	Lugar religioso do negro e do branco.....	78
	CONCLUSÃO.....	80
	REFERENCIAS.....	87
	ANEXO A - Carta de Monteiro Lobato para Rangel.....	91
	ANEXO B – Segunda carta de Monteiro Lobato para Rangel.....	93

INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar é um aliado das ações pedagógicas dos docentes ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. É nesse espaço que os mundos, culturas e discursos adentram aos portais da escola fazendo com que os discentes tenham contato com esses recursos. Também é ela, um instrumento que nos auxilia na tarefa do despertar pelo gosto da leitura.

É nesse espaço escolar que obras de importância literárias e clássicas resistem ao tempo e são apresentadas aos alunos. Um dos autores apresentados no processo de contato com o mundo da leitura, Monteiro Lobato, é considerado um marco na literatura nacional do início do século XX, sendo inquestionável a sua participação na construção do imaginário infanto-juvenil devido à exposição midiática e à popularização das suas obras amplamente divulgadas.

Vale salientar que foi o próprio Lobato o promotor inicial de si mesmo ao publicar em 1920 cinquenta mil exemplares da ‘Menina do Narizinho Arrebitado’ que era o segundo livro mais lido nas escolas (Lajolo, 2006, p.33). A Menina do Narizinho Arrebitado deu origem a personagem Emília que ainda hoje, século XXI, em conjunto com os personagens da turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo, é uma das obras infantis mais lidas e encenadas nas escolas brasileiras.¹

Com o objetivo de analisar as obras - “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” - este trabalho tem o intuito de verificar os discursos racistas das respectivas narrativas, utilizando a Análise Crítica do Discurso como base teórica e metodológica.

O Brasil e o mundo, no início do século XX, viviam um regime político autoritário na Europa, Adolf Hitler, na União Soviética Benedito Mussolini e no Brasil, Getúlio Vargas. Esses políticos lideraram sistemas de governo nos quais as pessoas não tinham liberdade para questionar políticas ou os próprios direitos. Dessa forma, fazemos um aporte ao nosso tema que discute sobre a escravidão no Brasil e o controle do povo negro pela elite política. Esse

¹ É Monteiro Lobato quem tem sua imagem relacionada ao dia do livro no Brasil.

passado foi real no Brasil e não há como apagá-lo, mas discuti-lo com a sociedade como intuito de torná-la mais justa.

Para isso, procuramos compreender os documentos oficiais do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e da Controladoria Geral da União (CGU), de 25.09.2012, sobre a exclusão do conto Negrinha da lista de livros indicados às escolas. E sobre os pareceres do Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), em 1998 e 2003, e os órgãos da Educação Básica (Documento de Representação enviado a CGU, Brasília-DF, 25 de setembro de 2012) sobre Caçadas de Pedrinho, livro utilizado no Ensino Fundamental.

Naquela ocasião, o IARA solicitou que, a exemplo da obra Caçadas de Pedrinho, Negrinha também fosse excluída das bibliotecas até que fossem oferecidas (in)formações étnico-raciais e sexistas aos educadores e também as respectivas obras trouxessem notas explicativas a respeito do racismo. Constatou-se que mesmo com as inserções dessas notas explicativas, não é possível apagar o passado racista do Brasil e do mundo com a não publicação de obras que tragam conteúdos polêmicos ou sexistas.

Com respaldo na Constituição de 1988, que proíbe qualquer forma de discriminação, e nos avanços dos Direitos Humanos, conquistados durante as últimas décadas, respeitando a crítica feita por estes órgãos no que se refere à utilização dessas obras nas bibliotecas escolares, procuramos discutir e compreender as razões que levaram à crítica linguística ao tipo de leitura racista dessas narrativas. Fato esse que foi proposto pelo diretor Humberto Adami do IARA, com ênfase na legislação nacional e internacional antirracista e nos princípios gerais que regem a administração pública, solicitar as medidas necessárias perante o Ministério da Educação em relação ao Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE) sobre as respectivas obras.

Além de levarmos em consideração esse parecer, confrontamo-nos ainda com outro desafio no sentido de não somente verificar nas duas obras a presença de conteúdos racistas, mas também de analisar criticamente as possíveis razões que levaram o autor a adotar tal postura. Com esta ação, pretendemos discorrer sobre as condições sociohistóricas e ideológicas que influenciaram a produção do texto e como elas direcionaram e instituíram

determinado discurso, revelando sua inserção numa formação ideológica e, por sua vez, na formação social determinada².

Para dar conta desse propósito de investigação, utilizamos a Análise Crítica do Discurso. Trata-se de um modelo teórico-metodológico que analisa as assimetrias de poder concernentes às minorias sociais. Citem-se alguns exemplos, negros, mulheres, crianças. Dessa forma, a ACD investiga as estruturas dos discursos que produzem, reproduzem, legitimam as relações de poder e de dominação social.

Portanto, esse trabalho é uma investigação analítico-discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (Dijk, 2012a, p.113). Importa desvelar vínculos teóricos entre o discurso e a sociedade, trabalhando com conceitos que articulam o preconceito e o discurso-sociedade como ação, contexto, poder e ideologia.³

Ainda recorreremos à Concepção Tridimensional do Discurso de Fairclough - Texto, Prática Discursiva e Prática Social - por nos oferecer um cabedal prático e categorias de leitura e análise que completam o referencial teórico postulado por Dijk. Tal ação permitiu-nos realizar a pesquisa com maior precisão na fundamentação teórica. Neste modelo, no texto percebe-se a assimetria de poder no vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na prática discursiva, observa-se a produção, distribuição, consumo, análise da natureza dos processos discursivos (interpretação). E na prática social, verifica-se a análise (ideologia, hegemonia).

Este estudo se utiliza dos pressupostos de Fairclough e de Dijk – permitindo-nos compreender como, “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”, apesar de trazerem expressões consideradas racistas pelo PNBE, poderão ser lidas e avaliadas enquanto discursos inseridos

² Além de ideologia conceituada por Fairclough como desigualdade de poder capaz de investir na linguagem de várias maneiras, quer seja em textos materializados, escrito ou oral, quer seja nas práticas discursivas ao serem reproduzidas pelos usuários da língua sem que esses percebam que são manipulados por elites que conduzem o

³ Poder, quer seja a ratificação ou confirmação de ações de manipulação oficializada por elites políticas, institucionais, educacionais e outras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 118).

em contextos sociais e históricos, situando o autor Monteiro Lobato em seu tempo e sua obra introduzindo-se, desse modo, numa determinada formação social e ideológica.

Thompson discute o conceito de ideologia na França a partir do século XIII. Cita o filósofo, Destutt de Tracy que o define como uma suposta ciência das ideias. Faz alusão a Marx que a considera como “sintoma de uma doença, não a característica normal de uma sociedade sadia e muito menos uma medicina para a cura social” (Thompson, 1998, p. 43, 62). Deste ponto de vista, a ideologia tem sentido negativo e aparece apenas nas divisões das classes sociais sem analisar as desigualdades entre homens e mulheres, etnias, minorias políticas presentes nas próprias divisões de classe.

Em contrapartida, Thompson vê a ideologia não apenas no sentido negativo, mas como “uma concepção que nos obriga a examinar as maneiras como as relações sociais são criadas e sustentadas por formas simbólicas (ações, falas, imagens e textos) que circulam na vida social, aprisionando as pessoas e orientando-as para certas direções” (Thompson, 1995, p. 62, 79). Nesse sentido, a ideologia está presente na construção de significados em práticas sociais situadas no cotidiano, nos sindicatos, nas escolas, nas instituições, igrejas e assim por diante.

Gramsci conceitua ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (Gramsci, 1987, p. 88). Para ele, as ideologias são articulações sociais responsáveis em criar valores que os indivíduos compartilham entre si para instituir, criar a hegemonia que é o exercício de poder.

Gramsci define a hegemonia como “[...] consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação imprimida à vida social pelo grupo fundamental dominante” (GRAMSCI, 1987, p. 107). As ideologias podem ser desestabilizadas e causar a desarticulação de uma determinada hegemonia, porque para Gramsci a hegemonia é instável e depende da eficácia da preservação das ideologias.

Nessa perspectiva, é impossível apagar a escravidão da História do Brasil, pois era parte integrante da sociedade brasileira do século XIX. Há uma polêmica sobre Rui Barbosa, à época, Ministro da Fazenda, que autorizou a queima de documentos da escravidão em 1889.

Não é propósito nosso discutirmos esse episódio histórico, mas é fato que não é queimando documentos ou deixando de publicar livros como querem o IARA e até órgãos de educação que vamos resolver a discriminação racial. É mais coerente discuti-los, principalmente nas escolas.

Sugerimos a apresentação de razões que justifiquem a continuidade da utilização das obras citadas nas bibliotecas, nos livros e projetos didáticos, apesar da presença de elementos racistas e discriminatórios em geral. As obras podem ser lidas, além de explicações e notas de rodapé. A Análise Crítica do Discurso nos sugere um olhar para a construção textual, a distribuição e as relações sociais dos textos.

O eixo norteador deste trabalho tenta responder o porquê de Monteiro Lobato - filho do seu tempo e da época em que a sociedade brasileira possui mentalidade de discriminação racial - ter as obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” excluídas das bibliotecas escolares. Para isso, é necessária a leitura das respectivas obras, não somente nas duas obras literárias pesquisadas, mas também das duas cartas enviadas por Lobato ao amigo Rangel referentes a 18-7-1905 e 2-4-1907.

Na realização deste estudo, tivemos como objetivos: analisar criticamente o discurso presente nas obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”. Sublinhamos que, apesar dos “corpora” dessa dissertação serem os gêneros textuais conto, fábula em Caçadas de Pedrinho e um aporte ao gênero Carta Pessoal ao nos referirmos a intertextualidade em Práticas Discursivas faicloughianas, não nos aprofundaremos nessas estruturas tipológicas da Linguística Textual.

Pretendemos então especificar:

- i) Explicar a situação das produções das obras Negrinha no contexto-histórico de 1920 e Caçadas de Pedrinho de 1933 para utilização como material didático;
- ii) Identificar na obra de Monteiro Lobato, enquanto discurso ideológico que a sociedade produzia em textos falados e escritos, a reprodução da crença de que era normal ser inferior por ser negro;
- iii) Analisar os discursos dos personagens de Monteiro Lobato.

Salientamos a atualidade deste estudo, discussões sobre o conceito de “raça”⁴ e sobre “relações raciais” ocorridas intensamente a partir dos anos 70. Pesquisadores concluíram que os seres humanos não devem ser estereotipados intelectualmente a partir da cultura de cada povo, mas devem ser analisadas as construções socioculturais e condicionamentos ambientais correspondentes ao habitat de cada um.

Essa discussão de conceitos de raça em relação à cultura é diferenciada por Franz Boas que inspirou Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*. “Foi o estudo de antropologia sob a orientação de Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separado dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural” (1933, 2003, p. 11).

Em continuidade, traduzimos, por meio da voz do narrador do conto e das narrativas de aventura, cenas das casas de ambas as obras, a discursividade em torno da escravidão. Sabe-se que nessas obras literárias não há sujeito, há representantes da sociedade. Nas obras ‘Negrinha’ e ‘Caçadas de Pedrinho’, as personagens da elite branca são representadas principalmente por Dona Inácia e Dona Benta e as representantes do povo negro por tia Nastácia e Negrinha.

Lobato enquanto filho do seu tempo, (re) produz, no contexto literário, os sentidos articulados no mundo racista do início do século XX. É com base no quadro descrito por Marcuschi que ratificamos o parágrafo anterior. Ele classificou contos e fábulas como Domínio Discursivo Ficcional; e cartas pessoais como Domínio Discursivo Interpessoal (MARCUSCHI, 2008, p.196). Assim como Marcuschi, em termos mais gerais, atribuímos o gênero textual fábula à forma de como as narrativas de aventura da obra *Caçadas de Pedrinho* foram construídas. Nelas, há animais e personagens fabulosos, a exemplo do porco Rabicó, do rinoceronte, da boneca Emília e do sabugo de milho Visconde.

O desenvolvimento dessa dissertação segue uma abordagem teórica e prática. Na perspectiva teórica, elegemos como objeto de pesquisa as razões de discriminação racial no

⁴ Guimarães, 1999, p. 30-31, defende que “raça’ não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual chama de racialismo”. Ou seja, raça no sentido sociológico não se restringe a classificação de cor da pele, região, nação, mas tem o sentido que orienta a forma como elites decidem ações sociais nos campos econômico, político, educacional e outros para beneficiar um grupo em detrimento de outro.

contexto histórico, o vocabulário dos *corpora* com semântica pejorativa, a ideologia transformada em crença da supressão do povo negro por meio dos sistemas econômico, político, cultural e social.

Na perspectiva prática, tomamos como base a experiência vivenciada pela autora desse trabalho em sala de aula, na turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola de Referência Professora Marilene Chaves de Santana (EREM), Feira Nova - PE, onde fora trabalhado o conto “Negrinha”. Nessas aulas, os alunos negros se sentiram humilhado ao verem a forma como a personagem Negrinha fora nomeada no conto. Termos como “bubônica”, “peste”, “barata descascada”, “sujeira”, “cachorrinha” e outros. Além da cena em que a personagem Dona Inácia a castiga pondo um ovo quente na sua boca, porque chamara peste com uma criada, justificando que tal ação seria uma forma de aprendizado, fazendo com que Negrinha passasse a respeitar os outros.

Essa experiência levou-nos a refletir sobre uma possível resposta teórica de como fazer leitura(s) crítica(s) de textos com conteúdo de discriminação racial, no intuito de problematizá-los, e na tentativa de conscientizar os alunos sobre a importância de entender a manipulação das elites no que tange à execução e à manutenção das desigualdades sociais, promotoras do racismo.

Apresentamos as sugestões de leituras críticas e não ao rechaço dessas obras, isto é, a não publicação delas. A partir de análises da primeira dimensão Tridimensional do Discurso de Fairclough (2001), em relação à seleção do vocabulário, às estruturas textuais, de que forma os elementos coercitivos estruturam o texto com propósito de acentuar as assimetria de poder.

A partir da segunda dimensão Tridimensional do Discurso, o professor e alunos discutem a forma de produção, em relação à época, distribuição e consumo de textos que trazem teor racista. As leituras críticas com ênfase no ponto de vista da sedução do leitor, para fins de justificar o controle de quem detém o poder.

A terceira sugestão de leitura, diz respeito como o professor e o aluno leem à imposição da elite política que ratifica por meio da hegemonia, controle social, racismo quer seja em textos materializados, quer seja na concretização desses textos nas práticas sociais, na fala ou escrita dos usuários da língua.

Ainda sugerimos outro viés de leitura, no que diz respeito à análise dos modelos mentais. Dijk (2012a) nos apresenta uma forma de leitura, a partir de como os usuários da língua aceitam controles políticos de quem está no comando do poder. Cujo propósito é realizar as próprias aspirações de comando sobre as minorias políticas por meio de crenças e valores sociais.

As discussões de textos com teor racista ou polêmico a partir desse olhar microtextual, elementos que formam o texto, com os respectivos indícios de quem o direciona, em que época foi produzida, quais as intenções políticas, darão respaldo ao leitor para a leitura crítica. Dessa maneira, são sugestões não de apagamento das obras, mas de leituras críticas de conteúdos sexistas. Análises e discussões com o intuito de formar cidadãos conscientes de que não corroboram com a discriminação racial.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória e descritiva, na metodologia, optamos pela abordagem qualitativa a fim de verificarmos as categorias analíticas, lexicais, metafóricas e intertextuais.

Primeiro passo, quanto à metodologia fizemos o levantamento de bibliografia referente à Análise Crítica do Discurso, com destaque nas obras de Teun A. Van Dijk (Discurso e Poder) e Norman Fairclough (Discurso e Mudança Social).

Segundo passo, identificação das principais estruturas do discurso possibilitando uma primeira impressão do modo como o discurso e suas várias estruturas articulados na obra *Negrinha* e *Caçadas de Pedrinho* podem se relacionar com determinados aspectos do racismo.

Terceiro passo, reconstrução de categorias de análise inerentes à Análise Crítica do Discurso proposta pelos autores anteriormente citados para estabelecer as relações existentes entre estruturas sociais e estruturas discursivas articuladoras de uma prática social discriminatória traduzida na obra de Monteiro Lobato.

A primeira seção se refere a Monteiro Lobato, enquanto sujeito de seu tempo preso às concepções ideológicas em que se acreditava. Logo, trataremos com base em obras de registros históricos como a nação brasileira foi constituída em meio à escravidão e como foram produzidos os discursos que serviram para a sua justificação e legitimação.

A segunda seção apresenta abordagens sobre os fundamentos da análise na investigação teórico-metodológico de Fairclough (2001), em que se procura analisar os diferentes discursos de discriminação racial no conto: “Negrinha” e nas narrativas de “Caçadas de Pedrinho”

A terceira seção traz os conceitos de modelos mentais produzidos pelo autor Dijk que associa contextos às práticas sociais. Na visão desse autor, os modelos de situação ou contextuais ocorrem nos atos de leitura escrita ou oral que os usuários da língua visualizam por meio de cenas textuais.

SEÇÃO I

UMA HISTÓRIA MARCADA PELO RACISMO

O Brasil foi construído com o trabalho dos escravos, imigrantes, dos grupos indígenas e dos degradados portugueses, missionários estrangeiros, portugueses e franceses. Não obstante, a elite política, na tentativa de justificar a escravidão e legitimar as injustiças que cometia contra o povo negro, produzia discursos com o intuito de manter a superioridade racial.

Logo, desde essa época, vemos que o racismo é parte integrante do povo brasileiro, sendo possível verificá-lo nas obras de Monteiro Lobato, Negrinha e Caçadas de Pedrinho, a discriminação racial presente no início do século XX.

Nesta seção, veremos que Monteiro Lobato, enquanto sujeito de seu tempo, esteve preso às concepções ideológicas em que se acreditava. Por consequência, trataremos com base em obras de registros históricos como a nação brasileira foi constituída em meio à escravidão e como foram produzidos os discursos que serviram para a sua justificação e legitimação.

1.1 Referências históricas sobre o negro e o contexto de escravidão no Brasil

Dijk, ao falar sobre a língua, afirma:

“Antes que os usuários da língua sejam capazes de relacionar as informações recebidas com o conhecimento linguístico mais geral e outros conhecimentos arquivados na memória, eles devem analisar o contexto em relação ao qual um determinado ato de fala é realizado” (DIJK, 2012a, p. 80).

A História do Brasil demonstra que nossa nação é constituída por índios, negros e brancos, o que não é tão simples de ser assumido em relação à natureza multirracial do nosso povo. Os portugueses chegaram aqui em 1500 e encontraram cerca de um a três milhões de índios. Fracassaram as tentativas de utilizá-los como mão de obra escrava, contribuindo para que os senhores de engenho, com propósitos econômicos de conseguir mão-de-obra gratuita, optassem por um projeto amplo e bem programado de transferência de

milhões de negros do continente africano ao Brasil. Tratava-se de uma grande empresa de exploração de mão-de-obra e de acumulação de capital nas colônias portuguesas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística lançaram em (2007, p. 87) a coletânea “Brasil 500 anos de povoamento” em que o autor João José Reis afirma que “O Brasil foi, no continente americano, a região que importou mais escravos africanos”. Eles vieram de várias regiões da África, deixaram suas comunidades, famílias, história e religião.

Em relação à vinda dos negros ao Brasil, o romance “Úrsula”, escrito em 1859, o primeiro romance abolicionista e o primeiro escrito por uma mulher, descreve a angústia sofrida pelos negros nos navios:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante! aquele que também era livre no seu país [...] aquele que é seu irmão (REIS, 1988, p. 25).

Os primeiros escravos que chegaram ao território brasileiro, segundo, André (2008, p. 28-29) foram tratados como animais irracionais:

Foram mais de 50 milhões de africanos trazidos ao Brasil, durante os mais de 300 anos de escravidão. Ocorriam viagens originárias principalmente das possessões portuguesas de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau [...]. Esses foram os primeiros a terem a nomeação de ‘negros inferiores.

Os negros trazidos da África, até o final do século XIX, eram obrigados a trabalhos forçados e humilhantes, eram “[...] encarregados do transporte de objetos e pessoas, além de serem responsáveis por uma considerável parcela de distribuição do alimento que abastecia pequenos e grandes centros urbanos” (Reis, 1988, p. 81). Nesse contexto histórico, ser negro significava ser considerado como alguém sem identidade⁵ e sem direito algum.

As humilhações moral, física, religiosa e cultural sofridas pelos negros na época eram tidas como legítimas pela elite política e econômica. As atitudes escravocratas eram também aceitas pela sociedade de forma natural. Tais práticas eram reforçadas por crenças ligadas à natureza inferior dos negros, à sua debilidade moral e incapacidade mental. De tanto serem

⁵ “Do ponto de vista das Ciências Sociais, identidade é processo de auto definição da maneira segundo a qual o indivíduo internaliza as características que lhe são atribuídas socialmente” (SANTOS et. al., 2005, p. 37).

repetidos e reforçados, estes discursos foram internalizados e reproduzidos até mesmo pelos escravos⁶.

Assim, no Brasil e na Europa, “do final do século XIX e os primeiros vinte anos do século XX foram acompanhados por distúrbios raciais, linchamentos e mortes por fogo, violência praticada contra negros no Brasil e em outras partes do mundo” (Jones, 1973, p. 14). Tais práticas encontravam certa justificativa em crenças de que o intelecto humano se diferenciava pela cor, raça ou estrutura biológica. Acreditava-se haver uma inter-relação natural entre raça e desenvolvimento intelectual, entre raça e capacidade racional.

Freyre (1933, 2003, p. 45) ao se referir ao período escravocrata no Brasil, afirma que “os negros, é claro, não se enterravam envolvidos em sedas e flores, nem dentro das igrejas. Enrolavam-se seus cadáveres em esteiras”. Assim, surgia o povo brasileiro, de uma dialética cruel segundo a qual alguns “se enterravam em sedas e flores” e outros “se enrolavam em esteiras”.

Estava, aqui, definida a segregação racial. Uma parte do Brasil que veio da África, falava línguas diferentes, cria em deuses diferentes e chegava na condição de sobrevivente para se tornar, logo em seguida, um ser com “data de validade” estabelecida. Dessa forma, o final do século XIX traça o desenho do “ser negro” e “ser escravo”:

[...] que o escravo é reputado cousa, sujeito ao domínio (dominium) de seu senhor, é por ficção da lei subordinado às regras gerais da propriedade. Enquanto homem ou pessoa (acepção lata), é sujeito ao poder do mesmo (potestas) com suas respectivas consequências – Em todos os países assim tem sido (SANTOS, 2002, p.73).

Essa “coisificação” do escravo, sua sujeição radical e absoluta ao “domínio de seu senhor” e sua subordinação às “regras da propriedade” e, finalmente, sua sujeição “enquanto homem ou pessoa” (negação da sua própria humanidade) teve forte impacto na historiografia. O Brasil dos negros começou sem voz e sem vez, calado, negado e humilhado, como coisa e propriedade alheia.

⁶ Santos et. al. (2005, p. 32) argumenta que o racismo é a redução do cultural ao biológico, a tentativa de fazer o primeiro depender do segundo.

Para a Análise Crítica do Discurso, racismo “é um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnico ou racialmente, e sua consequente desigualdade” (Dijk, 2012a, p.134). Que não se trata, apenas, de um voluntarismo, de uma prática particular e conjuntural de dominação e de exploração, mas de algo sistêmico e estrutural, portanto institucionalizado e legitimado por ideologias oficiais e traduzidas por discursos que circulam em todos os âmbitos da sociedade.

A história do povo brasileiro é estudada principalmente a partir das obras de três autores referentes ao campo das Ciências Sociais, Gilbert Freyre, com Casa-Grande e Senzala, publicado em 1933, cujo título já faz alusão ao poder dos senhores de engenhos e à submissão dos africanos transformados em escravos. O Prefácio (p.28) refere-se a Freyre como o “estudioso da história íntima da família brasileira”. O poder e as atrocidades cometidos contra os escravos são exercidos como se fossem casos de família em que não havia nenhuma punição para os senhores de engenhos aos quais causaram sofrimentos e mortes contra os africanos.

Ainda no Prefácio da primeira edição de Casa Grande e Senzala, Freyre assim se refere à orientação do antropólogo, Franz Boas: “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre **raça e cultura**; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio” Freyre (1933, 2003, p. 11).

Franz Boas nasceu em nove (9) de julho de 1858 em Minden, na Vestefália, oriundo de família judaica (Moura, 2006). No ano de 1874, eram naturais as diferenças étnicas religiosas entre judeus e não judeus na Alemanha. Nesse contexto histórico, foi vítima de discriminação racial. Na vida acadêmica, rompeu com o conceito que havia sobre o racismo que diferenciava a raça humana da forma biológica que levava em consideração os biótipos e cor de pele. Em 1911, publica a obra, A Mente do Ser Humano Primitivo, Boas alude que:

“A forma corporal não pode ser considerada absolutamente estável e que as funções fisiológicas, mentais e sociais são altamente variáveis, uma vez que dependem das condições exteriores, de modo que não parece plausível uma relação estreita entre raça e cultura (BOAS, 2011, P. 104).

Nesse sentido, desconstrói o conceito de raça do século XIX que separava brancos, negros, judeus, para ele nenhum grupo humano é biologicamente superior a outro. Ele traz essa discussão para a Antropologia que desfaz a ideologia racista defendida por líderes anti-semitas e racistas, exemplo:

Adolf Hitler que na Segunda Guerra Mundial (1945) com ideologia racista executou as pessoas em holocaustos.

O segundo autor que faz referência à construção da sociedade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, após três anos da publicação de *Casa-Grande e Senzala*, lança a obra *Raízes do Brasil* (1995).

Na visão desse autor “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o homem cordial” (Holanda, 1995, p. 146). Somos um povo pacífico, fazendo apenas um link com a nossa temática é, portanto, cômodo aceitarmos que não somos uma nação racista e que não há no Brasil discriminação racial. É uma decisão difícil para os brasileiros se conscientizarem de que somos racistas.

A não publicação de obras literárias que trazem teor xenófobas, racistas, homofóbicas, isto é, com traços linguísticos opostos à pluralidade racial é resolução que proporciona a paz e evita para as elites discussões, protestos. Entretanto, no campo de Educação e Direitos Humanos é coerente que se discuta racismos nas escolas com o intuito de formarmos uma sociedade sem preconceitos e mais justa.

E por último, o autor dessa tríade é Caio Prado Júnior. Enfatizemos de forma também breve, o livro, *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942. Também na Introdução ele delimita a data cronológica da temática, início do século XIX, em que ele alude à transição entre o período colonial e a formação da nação brasileira, após três séculos de existência do Brasil. “O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centêneo anterior a este e no atual” (PRADO, 1997, p. 10).

Caio Prado Júnior retrata a herança de submissão e falta de oportunidade do povo negro. A mão de obra gratuita, uma vez que os escravos recebiam alimentação dos senhores em troca de trabalho. Barata, no sentido de explica os salários de valor baixo que os negros recebem na prestação de serviços.

Quanto à política partidária, os negros continuam sem oportunidade. Quanto à educação, hoje há a política pública das cotas com o intuito de que os negros ingressem nas universidades. Quanto à cultura continua sem o devido reconhecimento do valor da

contribuição dos negros. Realidade às quais o povo não-branco está submetido desde a época colonial brasileira.

É esse o contexto sócio - histórico em que viveu Monteiro Lobato (1882). Apesar de a Princesa Isabel assinar a Lei Áurea em 1888, a discriminação racial ainda era evidentemente sentida na prática. Dessa forma, Monteiro Lobato pensa, escreve e publica. Daí a problemática lançada por esta pesquisa, por que o autor Monteiro Lobato, filho do seu tempo, época em que a sociedade brasileira possui mentalidade de discriminação racial, só poderá ter as obras *Negrinha* e *Caçadas de Pedrinho* publicadas se trouxerem notas explicativas sobre o período de produção, se os professores forem capacitados com conteúdo étnico-racial? É mais coerente se os alunos souberem ler textos polêmicos de forma crítica, situando-os historicamente.

O leitor que sabe ler criticamente textos racistas pode influenciar na diminuição das desigualdades sociais por ser capaz de interpretar as nuances persuasivas das relações raciais. Guimarães cita Berger ao tratar desse tema e discorre:

Tem-se tornado progressivamente claro para mim, com os anos, que o assunto não merecia um lugar especial numa teoria geral da sociedade. Em outras palavras, as relações raciais e étnicas não são suficientemente diferentes de outros tipos de relações sociais – nem, de modo reverso, as relações étnicas e raciais apresentam traços comuns exclusivos – para justificar um tratamento teórico especial (apud BERGHE, 1970, p. 27).

Nesse sentido, Guimarães (1999, p. 23) discute o conceito de “raça” como fazendo parte do âmbito das ciências sociais, ou seja, um conceito sociológico e não biológico. Entretanto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1947, 1951, 1964) conclui, “[...] que nenhum padrão sistemático de traços humanos – com exceção de grupo sanguíneo – pode ser atribuído a diferenças biológicas. E esse último traço, por seu turno, não coincide com os grupos chamados de raça” porque a composição sanguínea é igual para os brancos e negros.

A ideia de que raças humanas são originárias de fenótipos, isto é, cor de pele, tamanho do crânio, formato de nariz ou outras características físicas, não se comprova cientificamente. É uma forma de justificação para legitimar a discriminação racial, o que lança luz sobre a

escravidão no Brasil pela segregação racial das elites para justificar a escravidão e consequentemente a reprodução do discurso de dominação.

Como assinalamos anteriormente, a escravidão no Brasil foi uma prática econômica, uma empresa comercial cruel e sem respeito à cultura e às origens dos negros trazidos da África. Além de ser o país que mais importou escravos africanos, foi o último a libertá-los.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), somos a segunda maior população negra no mundo. Propaga-se a ideologia da conciliação e boa vizinhança, da ausência de relações racistas no Brasil, de uma convivência democrática, cordial e pacífica, o que contrasta com a dominação branca sobre segmentos étnico-raciais no acesso a bens materiais e simbólicos (DIJK, 2012b, p. 74).

Desse modo, o conceito de racismo não se refere à denominação de alguém por causa da cor da pele, etnia ou fenótipos, mas, segundo DIJK:

[...] o conceito de racismo aqui adotado considera simultaneamente suas expressões material (dominação sistemática quer seja na liderança de instituições, ou qualquer outra liderança desde que um grupo racial prevaleça sobre o outro) e simbólica (crença na superioridade intrínseca ou natural de um grupo racial sobre os demais) DIJK (2012b, p.74).

As pesquisas realizadas nos campos da antropologia e da sociologia, antes dos anos 70, tendem a simplificar o problema e insistem em afirmar que os brasileiros tinham caráter harmônico no que diz respeito às relações raciais no Brasil (Guimarães, 1999). As discussões se limitavam a destacar a originalidade e especificidade das produções e vivências em relação ao folclore, etnia e cultura afrodescendente.

Comparando os inícios do século XX e do século XXI, não há como negar o papel decisivo da televisão no Brasil, em especial a Rede Globo. Ela é responsável em propagar crenças, conhecimentos e entretenimento, conseguindo alcançar quase a totalidade dos lares no Brasil.

Dessa forma, nos últimos anos, pôde-se ver a redução da percepção da discriminação racial. Os atores negros, um exemplo, Lázaro Ramos, passaram a ser protagonista de algumas

telenovelas, fato que antes era impossível, porque as atrizes e atores negros sempre faziam papéis de empregadas domésticas ou outros papéis secundários.

Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala*, refere-se à miscigenação, mistura de raças, negros, índios e brancos, ocorrida no Brasil colonial (1500 -1750). Ele argumenta a integração desses povos de forma harmoniosa: “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical” (Freyre, 1933, p. 13). O próprio título da obra subtende a integração dos senhores de engenhos com o povo negro.

A harmonia dos senhores de engenhos com os negros não se evidencia nas descrições do modo de vida, no tratamento social e no respeito entre ambos. O próprio Freyre relata que “a força se concentrou nas mãos dos senhores rurais. Donos dos homens. Donos das mulheres” (Freyre, 1933, p.19). O povo negro devia obediência aos senhores, se agissem de forma oposta estava sujeito a castigos e mortes.

Essa argumentação de Freyre sobre a miscigenação harmoniosa provocou críticas no meio acadêmico. Não nos estenderemos nesse assunto, mas citemos o fato que o levou a críticas pelos intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) no XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Algumas das críticas ocorreram porque ele se isolou em Recife e não foi mais ativo no mundo acadêmico. A outra crítica se refere às restrições à sua posição ideológica, ao seu olhar benevolente quanto ao “patriarcado nordestino” (2003, p. 2). Na visão de Carlos Guilherme Mota, historiador respeitado, autor de *Ideologia da Cultura Brasileira* (1977), “o pretense modernismo de Freyre viria da valorização da mestiçagem, rompendo com o quadro ideológico anterior, que preservava a separação entre as raças e a divisão da sociedade e escamentos e castas”.

É evidente que Freyre não enfocou à luz da Análise Crítica do Discurso a dinâmica da relação dominantes/dominados concernente à realidade social dos negros do Brasil no século XIX, fato sugerido por Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda e outros autores. De modo oposto, há enfoque da harmonia social: “Nos começos da nossa sociedade colonial encontramos em união com as famílias de origem portuguesa estrangeiros de procedências diversas” (Freyre, 2003, p. 66), mas é inegável sua visão literária quanto à construção colonial

da sociedade brasileira. Nesse ponto de vista, Monteiro Lobato traduz por meio de suas obras o contexto histórico do povo negro.

Filho de José Bento Marcondes Lobato (J.B.M.L) e dona Olímpia Augusta Monteiro Lobato, José Renato Monteiro Lobato nasceu no dia 18 de abril de 1882, na cidade de Taubaté, São Paulo.

Monteiro Lobato admirava o avô, que em 1868 recebeu o título de Barão de Tremembé e, mais tarde, em 1887, foi nomeado Visconde de Tremembé. Filho de família da elite paulistana teve uma infância feliz e desde cedo lia na biblioteca do avô obras de Robson Crusoé e João Felpudo. Fez o curso de Direito em 1900. Após a morte do avô e dos pais, cuidou da fazenda da família e a vendeu em 1917. Nessa época, mudou-se para São Paulo e colaborou com a revista Brasil, uma importante publicação da época que trazia artigos sobre arte, letras, história. Lobato escrevia artigos que valorizavam a linguagem e a cultura brasileira (SANDRONI, 1997).

Os livros que havia no Brasil eram importados da Europa. Percebendo tal necessidade, Lobato funda a editora Monteiro Lobato & Cia. Na juventude, reunia-se com amigos que discutiam sobre literatura, filosofia, política. Eram rapazes que queriam mudar o Brasil e o mundo no início do século XX. Foi pintor de aquarelas, promotor e fotógrafo. Conviveu na vida literária com obras de intelectuais como Rui Barbosa, Castro Alves e Lima Barreto.

No campo literário, Monteiro Lobato é considerado o pai da literatura infantil no Brasil. Nesse sentido, autores nacionais são considerados filhos das obras de Lobato. Escrever a biografia dele é falar de uma figura que assumia vários papéis, de empresário a político. Todavia, restringiremo-nos a escrever um pouco sobre o desempenho de Lobato como escritor e editor no contexto histórico das obras abordadas.

Enquanto escritor, Lobato escreveu *A Barca de Gleyre* (1959), livro que contém quarenta anos de correspondência com o amigo Godolfredo Rangel. Como contista, publicou “*Urupês*” (1918). Cronista e tradutor, editor de revistas, em 1917 colaborou com a “*Revista Brasil*” que em 1919 se transformou em *ML & Cia*⁷, uma importante publicação da época que

⁷ Monteiro Lobato e Companhia

trazia artigos sobre arte, letras, história. Nesse período, publicou “Cidades Mortas”. No tocante à Literatura Infantil, publicou além de “Caçadas de Pedrinho”, “O pica-pau amarelo” e outras obras cujas histórias começaram a circular em 1921. Escreveu o romance “O Presidente Negro” e trabalhou em jornais, (SANDRONI, 1997, p. 39).

Durante a Semana de Arte Moderna em 1922, criticou a obra de Anita Malfatti, atribuindo-lhe sentido extravagante, associando-a à obra de Picasso. Em abril de 1924, a revista “Lecturas”, de “Buenos Aires”, publica “Barba Azul” conto de “Negrinha” traduzido por B. Sanchez – Saez .

Foi autor de personagens de repercussão nacional, a exemplo, de Jeca Tatu, presente no livro *Urupês*, originalmente publicado em (1918), que representava as dificuldades vividas pelo homem do campo. Criou o grupo “Cenáculo” (1903), que pretendia mudar as leis do universo. Criou o jornal “Minarete”. Em 1933, lançou “Caçadas de Pedrinho” e “Novas Reinações de Narizinho”. Destaque no mesmo ano para a realização das eleições para a Assembleia Constituinte. No ano seguinte, Lobato lançou “Emília no País da Gramática”.

Enquanto editor, foi escritor-promotor de si mesmo, publicando mais de cinquenta mil exemplares do livro “A menina do narizinho arrebitado” (Lajolo, 2006, p.33). No entanto, a Revolução de 1924 e problemas econômicos mundiais contribuíram para o fechamento da editora em 1925. Com o intuito de fazer um bom negócio, joga na Bolsa de Valores em New York e perde todo o dinheiro em 1929. Conseqüentemente, perde também o prestígio político. Em 1940 é preso, por três meses, porque enviou uma carta a Getúlio Vargas responsabilizando-o pela má condução da política brasileira de minérios (Idem, 2006, p.76). Acometido de um derrame, morre em São Paulo em 4 de julho de 1948.

1.2 O lugar de Monteiro Lobato no início do século XX

O racismo é parte integrante da memória discursiva do povo brasileiro. É possível verificá-lo nas obras de Monteiro Lobato. Sobretudo em “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”, cuja discriminação racial estava presente no discurso do início do século XX, no qual os não-brancos acreditavam que eram inferiores aos brancos.

Fairclough (2008, p. 94) afirma que o discurso “é como prática ideológica que constitui crenças, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo e de posições diversas nas relações de poder”. É comparada à prática ideológica porque os discursos falados e escritos podem ser utilizados, pelos usuários da língua, também de forma naturalizadas, como se não fosse discriminação racial. Discriminar racialmente se torna atitude normal, aceitável pela elite branca, porque ela mantém e transforma os significados do mundo, no sentido de que ser de cor branca é sinônimo de inteligência, superioridade com capacidade de assumir posições diversas nas relações de poder.

1.3 O Racismo na segunda década de XX e sua continuidade no século XXI

A Análise Crítica do Discurso faz referência ao conceito de ideologia de Thompson: “Embora Marx estivesse correto em enfatizar a importância das relações de classe como uma base de desigualdade e exploração, ele pareceu negligenciar, ou menosprezar a importância das relações entre sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos” (THOMPSON, 1988, p. 76).

O conceito de ideologia de Marx é restringido a divisões de classes sociais e não analisa as ideologias presentes quanto as desigualdades sociais entre homens – mulheres e outros grupos que estão presentes também nas classes sociais. Enfim, Marx via a ideologia de forma negativa em relação à classe trabalhadora. Dessa forma, a ACD e Thompson defendem que há ideologias quanto à dominação em outras instâncias e grupos sociais.

No Brasil, há evidências de reprodução ideológica em torno da subserviência dos negros ao compararmos como viviam os brancos do início do século XX e respectivamente do início do século XXI. O povo negro luta contra a falta de oportunidades e preconceitos em todas as dimensões sociais. Esse propósito contra o racismo é uma forma de mudar crenças e valores e assim desestabilizar a hegemonia, o poder político, de que os brancos são melhores do que os negros.

Antes era o dizer, porque era natural os negros serem discriminados, não havia lei que punisse tal prática, havia silêncio da classe política. A Constituição de 1988 proíbe racismos, mesmo que seja de forma implícita ou oculta. Ducrot (1987, p. 33) assume em “O Dizer e o

Dito” que o posto é o que está explícito na frase, enquanto o pressuposto é o subentendido. Podemos exemplificar isto quanto à forma discriminatória com a qual tia Nastácia é nomeada em Caçadas de Pedrinho.

De um ponto de vista oposto a escravidão, citemos de forma breve, um dos abolicionistas, Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), nasceu em Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. A luta dele em libertar os escravos era um sonho desde a infância, “eu trazia da infância o interesse pelo escravo (NABUCO, 1998, p. 178).

Filho do Senador José Tomás de Araújo e de Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo, irmã do Marquês do Recife, Francisco Pais Barreto. Acompanhava desde criança os sofrimentos submentidos aos negros. Pernambucano destemido foi de encontro ao Império e lutou pela liberdade dos escravos, numa época em que poucos tinham coragem de fazê-lo explicitamente:

Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda minha consciência, como a de formação utilitária da criatura, e na hora que a vi acabar, pensei pedir também a minha alforria, dizer o meu *nunc dimmittis*, por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo (NABUCO, 1998, p. 183).

Em 1879, foi eleito deputado, defendeu a ideia antiescravagista. Segundo, o “Dossiê Joaquim Nabuco”, ele foi transnacional. Construíram vínculos de movimentos anti-racistas em países, a exemplo de Cuba, os Estados Unidos, França, Porto-Rico, Filipinas. Aqui no Brasil, convocou a população para discutir o fim da escravidão, provocou ao parlamento à imposição da assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Dijk (2012a, p.155), ao refletir sobre a reprodução do racismo por meio do discurso, salienta que “os preconceitos étnicos e raciais são predominantemente adquiridos e partilhados através da conversação cotidiana, da escrita e da fala institucional”. A reprodução do racismo é consumida em igrejas, por meio de discursos, conversas entre os fiéis, doutrinas e dogmas. Nas escolas, a divulgação é propagada por meio das diretrizes educacionais. Nas instituições, há ratificações de leis, e, assim, as ideologias são impostas por elites políticas.

Como já foi dito, no início do século XX, a sociedade legitimava a discriminação racial de forma explícita. Havia outra apresentação negativa, ou seja, a negação do outro de que ser negro era para ser excluído e tal crença era ratificada pela sociedade. Dijk (2012a) afirma que as elites políticas, midiáticas, acadêmicas, corporativas e outras desempenham um papel importante na reprodução do racismo.

Em relação à reprodução do racismo o livro didático também é outra forma de reproduzi-lo:

Crianças, adolescentes e jovens adultos enfrentam, diariamente, por muitas horas, aulas e livros didáticos – os únicos livros que são leituras obrigatórias em nossa cultura. Isto é, não há instituição ou discurso comparável que é tão massivamente inculcado como o da escola (DIJK, 2012a, p. 148-149).

O livro didático é um material escolar usado de forma oficial para a educação. Se os textos não trouxerem discussões sobre a discriminação racial, sobre a negação de oportunidade dos negros às universidades ou campos de trabalho, se não há discussões sobre cotas no sentido de tentar reparar as injustiças contra os não-brancos desde 1500, o livro didático assume a postura de contribuinte para a discriminação racial nas escolas. Infelizmente, este recurso didático pode ser uma forma de propagação de discriminação racial.⁸

Sandroni (1997, p. 46- 49), em seu livro “Minhas Memórias de Lobato”, contadas pela narradora-personagem Emília, Marquesa de Rabicó, e pelo Visconde de Sabugosa, enfatiza a utilização do livro didático nas escolas brasileiras. Diz-nos que os livros do Sítio eram dedicados às escolas e que “A menina do narizinho arrebitado”, publicado em 1921, vendeu 50 mil exemplares. Era o segundo livro de leitura das crianças do nível primário. Dessa forma, toda obra de Lobato sempre teve uma aceitação muito grande. Por esta razão, a exposição midiática.

Ainda sobre o racismo, outra forma de reproduzi-lo é negá-lo, sem discutir o cerne da questão que trazem consequências para a inserção dos negros na sociedade. No Brasil, ele é velado e sempre atribuído à época colonial, período no qual os negros com mão-de-obra gratuita contribuíram para o desenvolvimento econômico, fazendo alusão à culinária.

9 Monteiro Lobato e Companhia

Enquanto isso, o problema do racismo histórico, que diz respeito a todo período de escravidão até início do século XXI, repercute nas estatísticas que se referem às relações raciais de emprego, entre outros.

Podemos notar tal exclusão na educação de nível superior no qual o percentual de estudantes negros é bem menor que os brancos, fato citado pelo IBGE, em 28 de novembro de 2012. Com vista a tudo isso, a discriminação racial está em pauta na atualidade. Existiu de forma de liberada no início do século XX e há alienação ideológica de discriminação racial pela sociedade desde início desse século.

1.4 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a pluralidade cultural

Os Parâmetros Curriculares Nacionais formam um conjunto de documento oficial que direciona os docentes, a escola e toda a comunidade escolar a oferecer uma educação de qualidade às crianças, adolescentes e adultos brasileiros. Nesse sentido, eles orientam os educadores a trabalharem com os educandos a pluralidade cultural. Esses documentos políticos defendem que:

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas (BRASIL, 1998, p. 68).

É com base nos desdobramentos desse conceito que as escolas tentam comunicar a ideia de que devem ser respeitadas as diversidades ou pluralidades regionais, culturais e políticas, de forma que, a partir do contato com a escola, as crianças e adultos adquiram formação social com o propósito de serem construídos cidadãos autônomos capazes de participar do desenvolvimento do Brasil e do mundo.

Um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares faz menção ao respeito às pluralidades culturais do nosso país, ou seja, o respeito às etnias, às culturas, às religiões dos afrodescendentes, dos brancos e dos índios. Acrescentem-se ainda os princípios de dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social (OLIVEIRA, 2008).

Assim como os PCN que exigem o respeito à pluralidade social, os Direitos Humanos são definidos como “um conjunto articulado e interdependente dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, fundados para além da universalidade, no princípio da indivisibilidade e no horizonte da internacionalização, condição indispensável para a luta pela construção de uma cidadania global” (MONDAINI, 2013, p. 8).

No que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa, os Direitos Humanos e os Parâmetros Curriculares são claros ao afirmar que não se devem utilizar o ensino da língua para reproduzir preconceitos raciais ou discriminar nenhuma etnia. Deve-se [...] “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo o estigma, a discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998, p. 59).

Assim, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil direciona os educadores a respeitarem à pluralidade cultural do nosso país, uma vez que a escola é composta por alunos desde as regiões Norte ao Sul, as quais contêm folclore, tradições e características próprias que nos fazem lembrar a obra de Macunaíma de Mário de Andrade.

SEÇÃO II

RACISMO E PODER: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO TRIDIMENSIONAL EM FAIRCLOUGH

O Modelo Tridimensional do Discurso foi lançado em 1989 e sistematizado em 1992 por Norman Fairclough. Este modelo de análise é dividido em três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. Em relação ao texto, Fairclough o divide nas categorias: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual; e em relação à Prática Discursiva, em: produção, distribuição, consumo, contexto, força, coerência e intertextualidade. E por último, Prática Social, nas categorias: ideologia, sentido, pressuposições, metáforas, hegemonia, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p.101).

Esse modelo de análise proposto por Fairclough (2001) é concernente às três dimensões do discurso como tentativa de mapear as conexões entre as relações de poder e recursos linguísticos que estão presentes, quer seja no texto materializado na produção textual, quer seja em relação às práticas sociais linguisticamente mediadas por meio de consumo e distribuição textual, quer seja a análise do discurso na prática social. O Modelo Tridimensional do Discurso é uma proposta de organização de análise (RESENDE, 2013, p. 29).

Primeiro, analisamos o vocabulário para a primeira dimensão do discurso - texto. Na segunda dimensão do discurso - a prática discursiva – analisamos a intertextualidade. E na terceira - Prática Social – analisamos a ideologia.

Na concepção faircloughiana, “[...] nunca se fala sobre aspectos de um texto sem referência à produção e/ou interpretação textual” (Fairclough, 2001, p. 101). Essa abordagem teórica defende que o texto é constitutivo – o discurso constrói a sociedade - de acordo com práticas sociais por meio de ideologias que direciona decisões políticas e hegemonias que controlam o poder na educação, religião, cultura, entre outros.

De fato, “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com

os fatores sociais” (Fairclough, 2001, p. 106). Dito de outra forma, os textos são produzidos para públicos específicos, de acordo com propósitos também específicos. Os elementos textuais são organizados a partir de vocabulário, estruturas, imagens, intenções ideológicas para convencer determinado grupo na área política, econômica ou religiosa. Os textos não são inocentes, têm alvos certos porque possuem vários significados:

[...] Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo: outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108).

Dessa maneira, de forma extradiscursiva os textos são (re)produzidos em contextos sociais que levam à escravidão, dominação, inclusão ou exclusão, em outras palavras, a interpretação textual ocorre de acordo como o “contexto afeta a interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 110). Eles trazem natureza extradiscursiva no que dizem respeito a contextos com ideologias racistas, assim como hegemonias que são produzidos pela elite branca e reproduzidos nos discursos pelos usuários da língua, linguisticamente impostos por autoridades.

Fairclough vai além da referência contextual ao se referir à interdiscursividade como forma de os usuários da língua interpretarem o mundo (Fairclough, 2001, p. 159). O autor classifica em vários níveis o discurso vivido pela sociedade:

- i) a ordem de discurso societária;
- ii) a ordem de discurso institucional – concernentes a textos proferidos em igrejas, escolas, instituições públicas;
- iii) discurso simbólico, no nosso caso, Literatura Brasileira, com as obras *Negrinha* e *Caçadas de Pedrinho*;
- iv) formas textuais que constituem elementos de persuasão de quem fala no discurso em relação à seleção do vocabulário positivo ou negativo, o uso da polidez, no sentido do uso de palavras positivas, afirmativas, porém intencionais com o objetivo textual de alcançar o

alvo desejado, intertextualidade e outras pistas que levem à interpretação de como o poder e a hegemonia são aplicados aos textos que podem induzir os usuários da língua.

2.1 Prática textual: o poder do discurso

Os significados das palavras quando proferidas por agentes no sentido polissêmico que são os vários sentidos para uma mesma palavra, podem mudar a palavra, o sentido e a intenção. Em relação ao poder do vocabulário:

[...] as palavras têm tipicamente vários significados, e estes são lexicalizados tipicamente de várias maneiras (embora isso seja um tanto enganoso, porque lexicalizações diferentes mudam o sentido (...) os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230).

As escolhas lexicais persuasivas trazem significados que são intencionais de acordo com propósitos sociais. Fairclough conceitua o sentido de vocabulário além da descrição de dicionário, ou seja, “a relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de-um-para-um” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230).

Desse modo, Pedro se refere à seleção lexical de acordo com a ideologia de quem fala ou escreve. O léxico traz carga semântica significativa das palavras selecionadas de acordo com cada propósito textual, quer seja, de autoafirmação positiva para elites políticas, ou com polidez negativa para minorias políticas, negros, mulheres, crianças, imigrantes. Dessa maneira, as palavras são pejorativas no sentido de humilhar o povo negro, mulheres ou outros grupos menos favorecidos na sociedade. “(...) é importante realçar que a seleção dos significados das palavras – feitas através da lexicalização - é, provavelmente, a dimensão primordial de um discurso controlado por ideologias” (Pedro, 1997, p.125). Assim, as palavras não são ditas ou escritas aleatoriamente.

Nas palavras que são ditas de outra forma, trocam-se também os significados, mencionemos o sentido das metáforas que antes eram atribuídas apenas à área literária. Fairclough defende que: “As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 241). A seleção lexical retrata o lado semântico das palavras e que a Análise Crítica do Discurso analisa o uso como assimetria de poder com o objetivo de

identificar e desvendar o uso lexical para subjugar os menos favorecidos, como exemplo, a metáfora “macaca”, dita em referência à tia Nastácia, traz sentido de negação e confirmação de poder por quem profere tal expressão. Dessa maneira, o autor sugere como as estruturas das palavras e os sentidos de uma palavra trazem hegemonia “[...] quero sugerir que as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas e hegemonia. Um terceiro foco recai sobre a metáfora (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105)”.

Destacamos que, o sentido de metáfora está inserido nas práticas sociais por meio da linguagem na forma ideológica com ideias racistas, divulgadas por líderes, ou hegemônico que diz respeito à assimetria imposta pelo poder. Desse modo, o sentido ideológico das palavras traz consigo a carga semântica racista, cujo intuito é fazer surgir e formalizar crenças discriminatórias. Tomamos como exemplo as duas metáforas que dividem a narrativa do conto Negrinha: céu e inferno. A elite branca é herdeira do céu, as metáforas são positivas; e a metáfora inferno para os negros.

Desse ponto de vista, Sardinha assim define a Metáfora Conceitual, teoria formulada por George Lakoff e Mark L. Johnson na década de 1970: “Uma metáfora conceitual é uma maneira convencional de conceitualizar um domínio de experiência em termos de outro, normalmente de modo inconsciente” (SARDINHA, 2007, p.32).

As metáforas traduzem sentidos ideológicos de desigualdades sociais, poder, racismo. Com teores racistas traduzem decisões políticas das elites. Sendo assim, as ideologias oprimem os menos favorecidos, influenciam as produções textuais e o ensino e são produzidas e consumidas pelos povos em suas respectivas culturas.

2.2 Prática discursiva e intertextualidade

Resende e Ramalho ao discutirem a Concepção Tridimensional do Discurso, fazem referência a este modelo de análise afirmando que, assim como os textos apresentam influências de crenças racistas absorvidas pela sociedade, as práticas sociais também (re) produzem tais crenças. Dessa forma, o discurso é uma prática social presente na história. A Análise Crítica do Discurso evidencia essa distribuição de poder com a descrição da prática social:

A prática social é descrita como um evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares (RESENDE; RAMALHO 2013, p. 28).

A ACD ratifica por meio de análises textuais como ocorre a distribuição desigual de poder. Podemos exemplificá-la com a intersecção de textos de gêneros literários como as vozes de representação da sociedade; quer seja em contos, narrativas de aventura, cuja função é apresentar conteúdos de manipulação de poder contra os menos favorecidos, quer em cartas pessoais as quais Lobato enviou ao amigo Rangel deixando transparecer, como o autor, coadunou com práticas de discriminação racial do início do século XX.

Dessa maneira, Fairclough conceitua intertextualidade manifesta: “é o caso que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto” (Fairclough, 2001, p. 152). Estar presente no poder simbólico, a exemplo da literatura e/ou por meio de experiências ou vivências individuais que se reflete na vida social como as cartas pessoais.

Nesse sentido, Fairclough dialoga com a concepção de linguagem defendida por Bakhtin que diz: “a verdadeira substância da língua não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal” (BAKHTIN, 2003, p. 123).

Dessa maneira, o discurso é e faz parte de práticas sociais que levam as pessoas a crerem nas estruturas organizacionais da sociedade na história. Por conseguinte, “o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, por meio da literatura escrita, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O discurso materializado pelos usuários da língua é o somatório das aprendizagens que os indivíduos internalizam espaços sociais com as respectivas orientações intelectuais, proporcionando a forma de como cada pessoa percebe o mundo do qual participa, expressando ideias e significados, induzindo-o a posicionar-se nas práticas sociais em relação à própria vida, às decisões políticas do país, da cidade e do lugar onde mora.

Assim, em primeiro lugar, o discurso é proferido de acordo com o cargo que o sujeito ocupa, fala em nome da instituição que representa, como exemplo, governo, igreja e outros. É dirigido a públicos específicos ou aos sujeitos sociais e os tipos de “eus”. Em segundo lugar, o discurso constrói as relações sociais entre as pessoas. Ou seja, é a interação discursiva que dá significado ao mundo em sociedade. Em terceiro lugar, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. De fato, o discurso é responsável em propagar conhecimentos, saberes e crenças direcionadas por supostas verdades.

2.3 Prática social: ideologia e a consolidação do poder político

Thompson promove uma discussão acerca da concepção de ideologia em neutra e crítica. A ideologia neutra é uma forma de investigação social que não tem sentido particular ou negativo, porque está presente nos contextos e circulam no mundo social. É o oposto das ideologias críticas que são aquelas que possuem “um sentido negativo, crítico ou pejorativo” (Thompson, 1988, p. 73). Assim, nessa perspectiva, ele compreende como a ideologia serve a dominação e ao poder.

Thompson, vai além, ao salientar que uma situação pode ser considerada por dominação quando há assimetria de poder de um grupo em relação a outro, “podemos falar de dominação quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 1995, P. 80).

Para Thompson, as ideologias não são neutras, diferente do que pensava Marx ao se referir à ideologia, a divisões de classes sociais. De modo oposto, Thompson as consideram ilusórias, porque estão ligadas a interesses particulares de algum grupo. Ele considera a ideologia como hegemônica, pois contém o intuito de sustentar as relações de dominação e, dessa forma, intervém na reprodução da ordem social que favorece aos agentes que detêm o poder e a dominação sobre os menos favorecidos.

Desse modo, Thompson apresenta cinco situações gerais do modo como a ideologia pode sustentar relações de poder ou dominação: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação, segundo Thompson (1995, p. 81), OS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA são representados nos quadros abaixo:

QUADRO 1

1. LEGITIMAÇÃO - é um modo de operação que diz respeito às relações de poder que são estabelecidas e sustentadas com a designação de justiça para ser apoiada por toda sociedade. Thompson, 1995, p. 82, faz referência a teoria de Max Weber, que classificou em três tipos de fundamentos, sobre os quais, o Modo legitimação pode estar conceituado: Racionalização, Universalização e Narrativização.

- **Racionalização** é a legitimação da autoridade que se fundamenta por argumentos de racionalidade que “procura justificar à legalidade e as regras dadas” (Thompson, 1995, p. 82).

- **Universalização** são “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos e são apresentados como servindo aos interesses de todos” (THOMPSON, 1995, p. 83). É um modo das autoridades proclamarem a sociedade que as decisões políticas beneficiarão a todos.

- **Narrativização** é um tipo de estratégia dirigida às “exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 1995, p.83). Esse modo de operação de poder é perpetuado na literatura, contações de histórias, contos, novelas que são transmitidas às novas gerações com conteúdos de moralismos, poder e visões de mundos defendidos por quem as narram.

QUADRO 2

2. DISSIMULAÇÃO significa ações governamentais acionadas de forma sutil, oculta, sem apresentar para o público as razões das decisões com o intuito de não esclarecer as pessoas sobre os verdadeiros motivos dos problemas sociais. Exemplo, o provérbio popular, “Nego não é gente”.

Thompson classifica esse Modo de operação em Deslocamento, Eufemização e Tropo

- **Deslocamento** que é “um termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa’ [...] e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa” (Thompson, 1995, p. 83). Nesse caso, é a transferência de palavras com significados positivos ou negativos para objetos ou pessoa.

- **Eufemização** que é uma estratégia de poder que dissimula as relações sociais em relação a: “ações, instituições que são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (Thompson, 1995, p. 84). Exemplo, na Segunda Guerra Mundial (1945), as pessoas eram levadas ao Campo de Concentração Auschwitz-Birkenau (Polônia) com o discurso político de que iam trabalhar.
- **Tropo** que é o uso das figuras de linguagem com o intuito de manipular o poder. “Todas elas podem ser usadas para dissimular relações de dominação” (Thompson, 1995, p. 84). No campo da literatura temos a sinédoque, metonímia e metáfora.

QUADRO 3

3. UNIFICAÇÃO que é a forma de nivelar toda sociedade como de igual direito para todos. “[...] é uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los” (Thompson, 1995, p. 86). Exemplo, o provérbio de discriminação contra o povo negro: “todo negro é burro”. Essa estratégia Thompson a divide em Padronização e Simbolização.

- **Padronização** são “formas simbólicas adaptadas a um referencial padrão” (Thompson, 1995, p. 86), que se propõe a partilhar os fundamentos que estabelecem e sustentam relações de dominação. Exemplo, a defesa do uso da Norma Culta da língua como a única forma correta, independente da situação comunicativa dos interlocutores.
- **Simbolização** da unidade é a construção de símbolos de unidade. Exemplos, bandeiras, símbolos de país, hino nacional. Todos esses símbolos compõem unidade simbólica de dominação.

QUADRO 4

4. FRAGMENTAÇÃO que é outro modo de operação da ideologia, que diz respeito à fragmentação dos grupos sociais com o objetivo de desintegrá-los. Com o propósito de que as respectivas reivindicações, exemplos, as greves ou os movimentos sociais, não obtenham êxitos. O outro modo de operação é:

- Expurgo do outro é a estratégia da expulsão, cuja elite política age contra os menos favorecidos. Exemplos: negros, mulheres, imigrantes, etnias e outros. Esse tipo de decisão propõe que as minorias políticas atrapalham o desenvolvimento do país.

QUADRO 5

5. REIFICAÇÃO que é o quinto modo de operação da Ideologia para Thompson. Esse tipo de ideologia é conceituada como “as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (Thompson, 1995, p. 87). É uma forma de apagar os fenômenos históricos. As estratégias referentes a esse modo de operação são:

- **Naturalização** “[...] é uma criação social e histórica que pode ser tratado como um acontecimento natural ou um resultado inevitável de características naturais” (THOMPSON, 1995, 88); exemplo, os pais sabem mais que os filhos.
- **Eternalização** é uma estratégia que se refere aos costumes, ao passado, as tradições e aos “fenômenos sócio-históricos que são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 1995, 88). Exemplo, um religioso que faz o sinal da cruz ao passar em frente à igreja católica, porque aprendeu que deve ter esse comportamento por toda a vida.
- **Nominalização** é uma estratégia da reificação que se refere à passivização dos verbos com o intuito de ocultar o sujeito que praticou a ação. “Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (THOMPSON, 1995, p. 88). Exemplo, a manchete do jornal: “A inflação está crescendo”, ao invés de dizer: O presidente X com sua equipe de governo não estão controlando a inflação.

Esses modos de operação, segundo Thompson, consolidam o poder político porque são estratégias utilizadas para se alcançar objetivos políticos e se exercer o poder e a dominação da sociedade de forma concomitante entre o locutor e o interlocutor.

Fairclough concorda com Thompson ao se referir à ideologia e a esses modos de operação como prática social. Nesse sentido, ela é capaz de transformar em ações as práticas sociais do cotidiano das pessoas que interpelam as ações dos sujeitos e modificam a forma de crenças e valores. Assim, conceitua-se ideologia:

As ideologias são significações / construções da realidade (o mundo físico as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou as transformações das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Ao mesmo tempo, todos os participantes da sociedade são atores políticos que são reprodutores ou reestruturadores de ideias, cujos posicionamentos sociais refletem as ideologias incorporadas e propagadas por organizações sociais formais e informais.

Ainda quanto às práticas políticas e ideológicas trazem significados produzidos por meio de lutas que também se referem ao capital simbólico. Dessa forma, a literatura também é gerada em relações de poder e da luta pelo poder. A ACD mostra de forma analítica o discurso como prática política mantém o poder, ou seja:

[...] o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas [...]. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

O discurso como prática política administra a máquina do Estado, enquanto que a prática ideológica naturaliza discursos em relação a manutenção de assimetria ou desigualdades de poder.

2.4 “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” e a (des) legitimação da discriminação racial em seu tempo

A partir deste subitem analisaremos as obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” nas quais verificaremos a assimetria de poder em relação ao povo negro.

2.4.1 O discurso do poder dos grandes

Fairclough refere às desigualdades sociais como assimetria de poder presentes em textos e transformados em práticas sociais que, nas obras analisadas como ações, exalta o povo branco e oprime o povo negro. Em “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”, a elite política exerce o poder, usufrui também das benesses econômicas e sociais da sociedade do início do século XX.

No conto Negrinha, a personagem D. Inácia representa a elite branca como padrão estético de beleza, gorda, rica, eloquente e líder. Já o discurso em torno dos negros era sobre um povo, a exemplo de Negrinha, esteticamente magra, esquelética, atrofiada, faminta e de olhos assustados: “Assim cresceu Negrinha – magra, atrofiada, com os olhos eternamente assustados”: (...) levada a pontapés, não compreendia a ideia dos grandes” (Lobato, p.20,

1920, 2008). Em contraponto, às sobrinhas de Dona Inácia dirigia-se argumentos de riqueza: “Certo dezembro vieram passar as férias com Santa Inácia duas sobrinhas suas, pequenotas, lindas meninas loiras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas” (Lobato, 2008, p. 22).

Nessa questão, reiteramos o contexto social ratificado pela Constituição de 1934, em seu artigo 138, letra “b”: “estimular a educação eugênica”. Ideia da elite política da época para estimular o cruzamento racial de negros com brancos com o propósito de embranquecer a pele negra. Este era o contexto social do lançamento das obras *Negrinha* e *Caçadas de Pedrinho*, fato que levou o IARA a enviar a CGU o Protocolo de apresentação reivindicando a inserção de notas antirracistas.

2.4.2 O poder de discurso: da mulher branca

Em uma análise primeira, considerando a categoria Gramatical enfatizada por Fairclough em relação ao texto, Dona Inácia é identificada com valores de adjetivos, cujos sentidos expressam perfeição, citamos alguns: *excelente senhora*, nesse exemplo, é considerada mulher ideal para a sociedade. Ser gorda era esteticamente apresentável aos padrões de beleza da época. *Rica*, pertencia à elite, ser visível, com voz e vez. Ótima a Dona Inácia.

Fragmento do conto *Negrinha*:

EXCERTO 1

Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, animada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar), ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora, em suma, dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o reverendo (LOBATO, p. 19, 1920, 2008).

Segundo Lobato (2008). “A boa senhora suspirou resignadamente” (lobato, 2008, p. 22); dona do mundo iguala-se a Deus, segundo os cristãos, criador do globo terrestre. Animada dos padres, pessoa extrovertida que demonstra alegria, entusiasmo, nesse último caso, Dona Inácia passava esse entusiasmo para a igreja; virtuosa senhora. Lobato ainda enfatiza: dama de grandes virtudes apostólica. Ela era representante social, considerada esteio, um exemplo para a igreja e para a moral, dizia o reverendo. Recebia poderes políticos para decidir como tratar os negros com autorização do padre, portador de Deus na terra.

É de notar também que, concernente aos exemplos citados no parágrafo anterior, são abordadas as perspectivas da desigualdade política, quanto à imposição da voz da elite branca. No sentido da estética, a valorização de aspectos físicos da classe branca e também, no sentido religioso, a apropriação de Deus só para os brancos.

Dona Inácia como representante social ocupa lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Há aqui uma alusão ao camarote do teatro onde era luxuoso e que a igreja o autorizava também no céu. Entaladas as banhas no trono. Destaque-se o léxico trono, lugar de representantes monárquicos, poderosos. Uma cadeira de balanço na sala de jantar. Nesta frase, Lobato retrata o modo de vida da elite branca, cadeira de balanço, não era qualquer assento, era de balanço, descanso, repouso. Ali bordava, ou seja, a história da escravidão era bordada e escrita ponto a ponto com discursos desenhados por sofrimento e exclusão do negro de forma legítima e natural do início do século XX.

Sobre o tratamento que era dado aos negros, Jones (1973) afirma que eles eram linchados em praças públicas e assassinados no início do século XX. Fato estranho, porque a libertação dos escravos já havia sido assinada. Porém, tal prática discriminatória estava presente na memória como lembranças de crueldades exercidas pelos brancos. Sendo assim, havia o exercício do poder de um passado que envergonha a História do Brasil.

2.4.3 O poder do discurso do passado perigoso

Fairclough, (2001, p. 23) conceitua hegemonia como “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” Como é descrito no exemplo abaixo, percebe-se a hegemonia como significado dos adjetivos: excelente, mestra, no sentido de posição de líder, detentora de conhecimento, sabedoria, acrescentem-se referências aos pronomes de tratamento: Dona, senhora, sinal de reverência, além de que estes pronomes de tratamento deviam ser repetidos pelos negros na comunicação com os brancos.

EXCERTO 2

A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos – e daquelas ferozes (...). Nunca se afizera ao regime novo – essa indecência de negro igual a branco e qualquer coisinha: a polícia! (...) O 13 de Maio tirou-lhes das mãos o azougue, mas não lhe tirou da alma a gana. (LOBATO, p. 21, 1920, 2008).

Semelhantemente, ao se referir a vinda das sobrinhas à senzala é nomeada pelo pronome santa: “Certo dezembro vieram passar as férias com Santa Inácia” (LOBATO, 2008, p. 22). Constata-se o poderio, a consideração e o modo de como era tratada pela sociedade. Além do mais, os verbos no pretérito imperfeito: **ser / era**, **vir / vinha** - pretérito mais-que-perfeito: **fora, a fizera**, remete-nos à semântica verbal de um tempo anterior, isto é, da libertação dos escravos, a qual Dona Inácia não aceitava.

Na observação do advérbio de negação, constatamos que há repugnância da personagem pela liberdade dos negros: Nunca se afizera ao regime novo – essa indecência de negro igual a branco [...]. Nota-se, a ideologia racista da época: essa indecência. Em outras palavras, para a elite branca era falta de pudor ou decência considerar negro de igual valor aos brancos. O 13 de Maio tirou-lhes das mãos o azougue, mas não lhe tirou da alma a gana. Ou seja, os negros conquistaram a liberdade, porém não conseguiram a valorização como ser humano. O poder da elite política continuaria enraizado na negação de oportunidades desencadeadas nas relações raciais, na negação à educação, à saúde, à moradia, na não aceitação dos negros como humanos.

2.4.4 O discurso da negação da infância negra

Dizemos com Fairclough que: “As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum” (Fairclough, 2001, p. 11). Sendo assim, exemplificamos como a personagem Negrinha era humilhada desde o nascimento:

EXCERTO 3

[...] nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças (LOBATO, p. 19, 1920, 2008).

Não surpreende ser esse o retrato dos negros que vieram do continente africano, considerados pela elite branca como primitivos, com tratamento estético, empobrecido em relação ao branco, remetidos ao passado escravocrata, sempre tratados com palavras de cor (negro, preto, escuro), com sentido pejorativo, tal qual o exemplo a seguir:

EXCERTO 4

Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi bubônica. [...] Estava escrito que não teria um gostinho só na vida – nem esse de personalizar a peste (LOBATO, 2008, p. 20).

Fairclough ao se referir à construção de identidades sociais, ou a construção do eu, discorre sobre “[...] como as relações sociais e as identidades que são os grupos, etnias, povos são construídos (reproduzidos, contestados e reestruturados) no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 175).

Temos, assim, no exemplo acima, a desconstrução da identidade do “eu” da classe social negra. O narrador pergunta: “Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho?”

Notamos, dessa forma, os vários substantivos com sentido negativo aos quais foram atribuídos à Negrinha: pestinha, valor semântico de doença epidêmica; diabo, sinônimo de Lúcifer, anjo expulso do céu, segundo a Bíblia Sagrada; coruja, animal de hábito noturno, não apresentável à luz do dia; barata descascada, inseto imundo, que vive em esgotos. De igual forma, o sufixo diminutivo-inha, no sentido pejorativo. Coisa-ruim, substantivo também atribuído a satanás, o rei das trevas. Lixo, desprezível. Assim, é desconstruído o eu da personagem Negrinha, representante da classe social negra em 1920.

Na sequência, lemos, “não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam”. Vê-se que eram inúmeros os apelidos, há ênfase a não identidade do negro, aos quais eram tidos como elogios que “a mimoseavam”. Tempo houve em que foi bubônica, pandemia conhecida como peste negra que atingiu a Europa durante o século XIV e dizimou entre 25 e 75 milhões de pessoas na Europa. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida, ou seja, o desejo da voz da elite branca era que nunca a classe negra ascendesse socialmente ao escrever a locução verbal. Estava escrito, expressão com teor intertextual à Bíblia Sagrada, discurso escrito sacramentado. A classe negra não seria capaz de nem esse gostinho só de personalizar a peste.

Enfocamos que, a discriminação racial se realiza na prática social de forma a tornar-se senso comum, como sugerido no início deste item (Fairclough, 2001, p. 117). Como exemplo,

podemos ver como o narrador, também representante da elite branca, de Negrinha descreve, no parágrafo anterior, os apelidos que a mimoseavam, verbo com sentido irônico, desclassificador que significa reduzido a nada. Tais nomeações eram tidas de forma comum nas práticas sociais. Em suma, temos a desconstrução total da classe negra.

Dona Inácia, em diálogo com o padre acerca da adoção de Negrinha afirma: “Quem dá aos pobres empresta a Deus. A boa senhora suspirou resignadamente” (Lobato, 2001, p. 22). Para Dona Inácia e as sobrinhas, só há alegria. Quando as sobrinhas vieram visitá-la demonstram felicidade: Do seu canto na sala do trono Negrinha viu-as irromperem pela casa como dois anjos do céu – alegres pulando e rindo com a vivacidade de cachorrinhos novos. Vemos palavras com sentidos positivos, substantivo: anjos do céu; adjetivo: alegres; verbos: pulando, rindo; substantivo: a vivacidade; e, cachorrinhos, aqui, são novos cujo sufixo-inho significa início da vida, alegria.

Fairclough (2001), refere-se como as identidades ou eus são redefinidos e reconstituídos. De acordo com a menção que Fairclough faz de Brown e Levinson, 1978 e Thomas, 1989, a polidez, enquanto recurso discursivo é tido como “preocupação da pragmática anglo-americana dos anos 1970 e 1980” (Fairclough, 2001, p. 203). A polidez é uma forma de preservação de faces. Ou seja, são palavras positivas que têm o objetivo de falar sem magoar, elevar o eu do outro, enquanto a polidez negativa é sinônimo de desconstrução do outro, no exemplo analisado acima em que é atribuída a representante dos negros, Negrinha, só palavras que têm a função de desconstruir a identidade negra. Por outro lado, os itens lexicais referidos aos personagens da elite branca dominante são vocábulos com polidez com sentidos unicamente positivos.

As identidades dos eus também são redefinidos e reconstituídos por meio de ethos. Fairclough (2001, p. 209) o define como: “O conceito de ethos constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma versão particular do eu”. Todas as características do locutor, como por exemplo, o tom de voz a aparência, a forma de se vestir, indicarão a que nível social, qual ideologia, no sentido de persuadir o outro, qual o domínio de poder que esse locutor defende.

Os ethos contribuem para identificar de que forma são construídos os textos falados ou escritos, bem como as características das identidades sociais. Nos conteúdos das obras literárias analisadas, as narrativas trazem narradores que são direcionados a mostrar vocabulário negativo, posição social de discriminação do povo negro. Com esse propósito os personagens negros são planejados à submissão e ao sofrimento da elite política dominante.

2.4.5 O poder do discurso educacional

Nas OTM (Orientações Teórico- Metodológicas), a Secretaria de Educação de Pernambuco orienta os professores para que ministrem o conteúdo polidez: sobre “Identificação das intenções e das estratégias utilizadas pelo falante, persuasão, topicalização, repetição, polidez, tom da fala (BRASIL, 2012, p. 13)”.

Dessa maneira, faz parte do conteúdo escolar o trabalho e análise de textos em que sejam compreendidas as assimetrias de poder nos discursos escritos ou orais. Logo, “(...) as pessoas têm face positiva – querem ser amadas, compreendidas admiradas, etc., e face negativa, não querem ser controladas ou impedidas pelos outros” (Fairclough, 2001, p. 203). Fato analisado nos exemplos discutidos acima sobre a exaltação da representação da elite branca em detrimento do uso de palavras pejorativas em referência à representação dos negros numa demonstração do uso do poder dominante.

2.4.6 “Caçadas de Pedrinho” e o poder do discurso educacional

O Sítio do Pica-pau Amarelo é comparado ao modelo de escola imaginado por Monteiro Lobato, onde a turma do sítio se diverte e aprende com os personagens: Dona Benta que sempre conta histórias; Visconde, o intelectual; “Emília, uma menina de nariz arrebitado que não tem medo de nada”; “Cléu, uma menina! – exclamou Narizinho batendo palmas. Assim do meu tamanho, lindinha!”; Percebe-se que neste modelo de Instituição Escolar, em que a turma do sítio se diverte e aprende com os personagens, não há referência à criança negra (LOBATO, 1966, p. 5).

2.4.7 Discurso em torno da subserviência da mulher negra

A personagem Tia Nastácia está sempre a servir. É o discurso do negro serviçal, confinado à cozinha, aos fundos da casa porque estavam presentes na sala-de-estar,

representantes da elite branca, as recepcionistas D. Benta e D. Inácia. De modo oposto, Negrinha e Tia Nastácia estava sempre na cozinha ou quintal. Nesse subitem, nos restringiremos a análise da distribuição dos espaços e os territórios ocupados em ambas as obras.

Como sugerido, a distribuição dos espaços e territórios da elite branca é lugar certo na igreja, camarote de luxo reservado no céu, trono, cadeira de balanço na sala de jantar; as sobrinhas de Dona Inácia nascidas e criadas em ninho de plumas (LOBATO, 2008, p. 19, 22).

Em contrapartida, a distribuição dos espaços do povo negro apresenta territórios desprivilegiados. No conto, “Negrinha”, ela nasceu em senzala, vivia em cantos escuros da cozinha sobre velha esteira e trapos imundos. A boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão da porta. Dona Inácia ordenava Negrinha a ficar imobilizada no canto da sala horas e horas; no final da narrativa, o lugar do corpo é uma esteirinha rota, após a morte, a vala comum.

Quanto a “Caçadas de Pedrinho”, tia Nastácia é responsável pelo café e culinária da família, enquanto em todo livro, os personagens estão envolvidos na narrativa da invasão da bicharada para vingar a morte da onça.

Percebemos, nas vozes dos diferentes discursos, principalmente no conto “Negrinha”, a interdiscursividade que “se aplica a vários níveis: a ordem de discurso societária [...] e mesmo os elementos que constituem os tipos de discurso” (Fairclough, 2008, p. 159). Em outras palavras, prevalece, nas respectivas obras, o discurso da distribuição de território privilegiados da elite branca, enquanto o território da classe negra é desprezível, reduzido a nada, a ninguém.

2.4.8 O poder das metáforas

Como já antevisto, o emprego das metáforas “penetram em todos os tipos de linguagens” (Fairclough, 2001, p. 241), é também uma forma de impor o poderio das elites contra as minorias. O vocabulário metafórico, por exemplo, pode ser usado no sentido discriminatório pelos usuários da língua.

Em “Caçadas de Pedrinho”, destacamos o exemplo que está no Capítulo VII: O assalto das onças. Fato que ocorreu quando Visconde se responsabilizou em avisar a turma do sítio sobre a invasão das onças. Nesse momento, tia Nastácia que havia resistido à ideia de não usar pernas de pau, fica em apuros. Em seguida, a personagem Cléu pede que ela suba no mastro para escapar dos bichos e diz o narrador: [...] e ela trepou como uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro. Macaca, nesse exemplo, refere-se ao animal que pula de uma árvore para outra, serve de graça nos zoológicos; de carvão faz alusão à madeira queimada, consequentemente preta; mastro de São Pedro metáfora, cujo sentido lembra a Festa Junina do nordeste brasileiro.

Tia Nastácia teme cair da perna de pau, e o onço diz: “O furrundu está dizendo que não aguentava mais e ia descendo do mastro” (Lobato, 1966, p.57). O dicionário Michaelis conceitua furrundu como tipo de doce feito com açúcar mascavo, no sentido metafórico negativo, meloso, escorregadio, sem firmeza.

As metáforas estão presentes o tempo todo nos contos “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”. Aliás, o próprio nome do conto enuncia que Negrinha não tem nome oficial, isto é, a metáfora proposta à sociedade de que a classe negra não tinha identidade.

Da mesma forma, as metáforas como adjetivos: preta (pessoa excluída da sociedade); fusca (pessoa que nem é branca, nem negra, é cinzenta); mulatinha escura (depreciação da cor mulata ao acrescentar o adjetivo escuro); gato sem dono (pessoa que não tem ninguém); carnezinha de terceira (referência à carne de má qualidade) trinta quilos mal pesados (referência à pessoa esquelética); remédio para frenesis, (remédio para mal estar); céu (em toda narrativa para elite branca); inferno (em toda narrativa para o povo negro); macaca (animal); pretura, preta (também adjetivo depreciador ao povo negro) (LOBATO, 1966).

Desse ponto de vista, Fairclough se refere às metáforas como estruturas do modo como pensamos e agimos. Em ambas as obras há metáforas com poderes de influenciar negativamente a crença de que ser negro é um povo inferior em relação aos brancos enquanto representante da espécie humana.

2.4.9 A intertextualidade de “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” e as cartas de Monteiro Lobato ao amigo Rangel

Em princípio, Fairclough conceitua intertextualidade da forma como “os textos são tomados historicamente, transformando o passado – convenções existentes e textos prévios – no presente” (Fairclough, 2001, p.115). As duas cartas que são analisadas abaixo demonstram que resquícios da escravidão do Brasil, com suas respectivas subserviências dos não brancos, polidez negativa, léxicos discriminatórios são evidências do abuso de poder dos ricos versus pobres, brancos versus negros.

É com base nos desdobramentos do aporte teórico sobre intertextualidade faircloughiana com o objetivo de dialogar com o conto Negrinha, Caçadas de Pedrinho e as cartas pessoais enviadas por Monteiro Lobato ao amigo Rangel, escritas no livro A Barca de Greyre, que escolhemos duas cartas para fazermos esta intersecção a partir dos léxicos e ideias discriminatórias usados nas respectivas obras.

Inicialmente, citamos a carta enviada ao amigo Rangel em 18.7.1905. Nela Monteiro Lobato comunica ao amigo que está feliz em saber do seu casamento e, em seguida, expressa o desejo de visitá-lo com a esposa Bárbara no futuro, também casado: “com a minha metade pelo braço, e ouvir na cozinha D. Bárbara ordenar à preta: Mais dois talheres na mesa, que hoje tem visitas, o Doutor Lobato e a senhora” (LOBATO, 1959, p.104)”.

Do mesmo modo que o negro é subserviente nas obras literárias, a exemplo dos principais personagens representantes da classe negra nas respectivas obras: Tia Nastácia e Negrinha, no gênero textual carta pessoal, Lobato, filho do seu tempo, de forma natural reproduz palavras discriminatórias: “[...] ordenar à preta: Mais dois talheres na mesa, que hoje tem visitas, o Doutor Lobato e a senhora”. Em outra carta enviada a Rangel, em 2.4.1907, Lobato comenta sobre A Semana Santa:

EXCERTO 5

[...] Tudo África, neste século de Ruskin e do arbor-day. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito consumo de agulhas e fumaças cheirosas, e litanias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catinguda e suada. Sovacos ambulantes. A cohue, Rangel; a bohue, Rangel. A carapinha assanhada, a venta larga “fuzilando”, o coronel, o chulé (sic) das mulheres, o chapéu-duro e a roupa preta das “pessoas gradadas”. Rangel, Rangel, ... os olhos cansam-se de feiuras semoventes. (...) Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens, há macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia (LOBATO, 1959, pp.157, 158).

Essa abordagem discursiva traz de forma nítida a separação social dos negros e brancos. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. (grifo nosso) Veja-se, de forma indireta, o repúdio de Lobato ao povo negro, a referência negativa a África: Tudo África (grifo nosso). Ao dizer isso, continua repudiando o povo em geral e, claro, incluindo também os negros, oriundos da África.

Note-se que Lobato ao se referir ao coronel, ao chale das mulheres, ao chapéu-duro e a roupa preta, designa-os como pessoas gradas, ou seja, graduadas. É fato, que a História do Brasil não relata nenhum negro graduado no início do século XX. Em continuidade, refere-se às mulheres como macacas e macaquinhas e aos homens como macacões. Com vistas para este exemplo, em “Caçadas de Pedrinho” Tia Nastácia é chamada também de macaca. Percebe-se, nesse caso, como Monteiro Lobato era filho do seu tempo, porque de forma natural transfere para o gênero literário, crenças, materialização textual pejorativa contra os negros: “[...] Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens, há macacões. E finaliza dizendo: “Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia” (LOBATO, 1959, p. 158).

Desse modo, Monteiro Lobato lembra o conceito do belo da Estética da Grécia Clássica, que segundo Aristóteles, a beleza é atribuída a critérios criados pelo homem, tais como: proposição, simetria e ordenação, tudo em sua justa medida. Dito de outra forma, o homem cria modelos para o belo, nas obras analisadas, a beleza diz respeito à cor branca, nariz afilado e não a venta larga; cabelos lisos e não as carapinhas assanhadas; ser bem vestido e não mostrar as axilas suadas, referência aos negros que exibiam sovacos ambulantes, ou seja, uma forma de referência ao negro trabalhador que carregava na cabeça mercadorias para o comércio.

2.4.10 A Ideologia como suplantação da classe negra

Como assinalamos anteriormente, a ideologia para Fairclough está presente na materialização textual, nas práticas discursivas, ou seja, no consumo textual pelos usuários da língua e na consolidação legitimada e ratificada pelas elites administrativas. Nesse sentido, conceitua como surgiram as ideologias:

[...] que as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Levando em conta o conceito de ideologia de Fairclough (2001) analisamos os objetos de nossa pesquisa com ênfase em alguns discursos ideológicos presentes em textos das obras analisadas:

- ❖ No conto “Negrinha” há o silêncio do negro que nutre a fala do branco. Fato ocorrido quando Dona Inácia ordena a Negrinha silêncio: “cale a boca, diabo!” (LOBATO, 2008, p. 20). Pode-se presumir que a elite branca impunha absoluto poder sobre a liberdade de comunicação. Isto é, na linguagem como função constitutiva, o negro era proibido de se afirmar como ser humano. A omissão da voz e conseqüentemente da identidade negra era o foco da supremacia branca, porque sem a interação também não havia presença, valor, gente. Em seguida, Dona Inácia acentua a voz de autoridade: “No entanto, aquele choro nunca vinha sem razão. Fome quase sempre, ou frio, desses que entangem pés e mãos e fazem-nos doer” [...]. Neste último exemplo, há a ênfase de como a hierarquia branca suprimia com poderes cruéis o direito à vida do negro, tendo em vista que o direito à vida era da classe dominante, branca (LOBATO, 2008, p. 20).
- ❖ Destaque-se a ideologia da limitação geográfica. A personagem “Negrinha” era proibida a um dos direitos inerente à vida que é a locomoção: “Aprendeu a andar, mas quase não andava. Com pretexto de que às soltas reinaria no quintal, estragando as plantas, a boa senhora punha-lhe na sala, ao pé de si, num desvão da porta”. Obviamente, os espaços físicos se limitavam ao quintal, cozinha, cantos escuros da casa, enquanto Dona Inácia com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu; “[...] uma cadeira de balanço na sala de jantar, ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo” (LOBATO, 2008, p.19-20).

Esta mesma ideologia de limitação à locomoção é vivida pela personagem tia Nastácia em “Caçadas de Pedrinho” cuja função principal no sítio era cozinhar e servir. Fato explícito no Capítulo XI, quando os funcionários do governo comparecem ao sítio para instalar uma linha telefônica e Tia Nastácia pede a Dona Benta para servir um cafezinho e Tia Nastácia responde: “É isso mesmo, Sinhá - tornou a preta. O meu cafezinho parece que tem visgo” (LOBATO, 1966, p. 101).

Mais uma vez, ainda de acordo com o conceito de ideologia proposto por Fairclough: “A questão-chave é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta que ela dá é que ambas o são” (Fairclough, 2001, p. 118). A partir dessa definição, ele se refere a estruturas como ordens do discurso e a eventos como reproduções das mesmas estruturas, ou seja, há ideologia nos discursos, em textos ao serem materializadas, consumidas pelos usuários da língua em eventos. Desse ponto de vista, Fairclough difere de Van Dijk (2012c) quanto à nomenclatura evento/contexto. Van Dijk usa o termo contexto ao invés de evento.

Por fim, as ideologias são ratificadas por instituições do Estado de forma legalizada e transformada em senso comum. Daí, existe a supremacia de um grupo sobre o outro. A ideologia da inteligência da supremacia da elite branca como representante da espécie humana: “Na aventura da invasão do sítio pelas onças, tia Nastácia não acreditava que as onças invadiriam o sítio (p. 55)”:

“A razão de tia Nastácia haver desistido das pernas de pau era que não acreditava muito no tal assalto das onças”; na verdade, a invasão aconteceu e tia Nastácia ficou em apuros, principalmente porque Cléu, menina vinda de São Paulo, apossa-se das pernas de pau que pertenciam a tia Nastácia, rouba-lhe a oportunidade de se proteger da invasão dos animais.

- A Ideologia da falta de inteligência presente no Capítulo X no qual Tia Nastácia não sabe o que é um rinoceronte, quando surge o animal no quintal, desmaia de tanto medo e indaga: - “O canhoto já foi embora? [...] - Que canhoto é esse? – perguntou Dona Benta. – O tal de um chifre só! [...] Só então os meninos espiaram pela janela e viram que o rinoceronte estava de fato no terreiro” (LOBATO, 1966, p. 85).

Também no conto “Negrinha” há constatação de poder unilateral, ou seja, há ausência da voz da personagem em todo texto. Fato lido no desfecho da narrativa:

EXCERTO 6

Veio a tontura; uma névoa envolveu tudo. E tudo regirou em seguida, confusamente, num disco. Ressoaram vozes apagadas, longe, e pela última vez o cuco lhe apareceu de boca aberta. Mas, imóvel, sem rufar as asas. E tudo se esvaiu em trevas. Depois, vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira – uma miséria, trinta quilos mal pesados (LOBATO, 2008, p. 26).

Tomada nesses termos, a conclusão do conto traz léxicos com ideologia negativa que atribui valor semântico ao negro de ser um nada: **ressoaram vozes apagadas**, isto é, segundo os cristãos após a morte, os anjos levam a alma para o céu, na narrativa do conto, as vozes se apagaram e **tudo se esvaiu em trevas. E depois vala comum**, porque céu só teria direito, a personagem Dona Inácia, representante da classe dominante, assim também a sepultamento digno, fato discutido no capítulo primeiro sobre os descasos dos sepultamentos de negros narrados por GILBERTO FREYRE ([1933] 2003).

Até a terra “papou com indiferença aquela carnezinha de terceira – uma miséria, trinta quilos mal pesados” (Lobato, 2008, p.26). Neste exemplo, é clara a ideologia de desprezo pela classe social negra. Principalmente, ao se analisar o que significa o pronome indefinido tudo e daí só houve trevas, ou seja, sem luz, sem céu, escuridão, fim.

Comparando o final da narrativa “Caçadas de Pedrinho”, no capítulo XIII, o Sr. Fritz Muller foi ao sítio buscar o rinoceronte. Nesse momento, Emília usa o pó *pirlim pimpim* e o Senhor Muller e o advogado somem, enquanto isso, tia Nastácia passeia no carrinho puxado pelo rinoceronte e ela reclama: “agora chegou a minha vez, negro também é gente, sinhá” (LOBATO, 1966, p.114).

Comparando-se o final do conto “Negrinha” em que Monteiro Lobato não apresenta nenhuma esperança de ascendência para o povo negro, porque a personagem tem um final trágico, na obra “Caçadas de Pedrinho” há único indício de que os negros podem reivindicar o lugar que lhe é de direito, quando Tia Nastácia reclama: “agora chegou a minha vez, negro também é gente, sinhá” (LOBATO, 1966, p.114).

Para sumariar a discussão deste capítulo, percebemos que o poder político no sentido de decisão administrativa, luta pela naturalização de discriminação racial que está presente nos textos orais, escritos, na intertextualidade, nas práticas discursivas, nas crenças sociais, na distribuição de textos e na materialização desses textos ou nas crenças presentes na sociedade.

Os dados desta pesquisa, neste segundo capítulo, demonstram que os contextos inseridos nos textos são condutores de sentido capazes de induzir às pessoas as guerras, ou seja, depende dos intuitos de poder persuasivo de quem os proferir. Ao mesmo tempo, textos

ideológicos que emanam poder, por exemplo: nos campos políticos, econômicos, religiosos e outros são consumidos pelas minorias de forma legítima impostos pelas elites.

SEÇÃO III

DISCURSO E CONTEXTO: UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Esta seção apresenta abordagens sobre os fundamentos da análise na investigação teórico-metodológico de Dijk (2012 a-c) em que se procura analisar os diferentes discursos de discriminação racial no conto “Negrinha” e nas narrativas de “Caçadas de Pedrinho” do autor Monteiro Lobato.

Partindo dos pressupostos teóricos da ACD, segundo Van Dijk (2012a), nesta seção investigamos como o abuso de poder da elite exerceu a influência de discriminação racial do povo negro nos campos político, econômico cultural e social.

Além de abordarmos como o abuso de poder é exercido pela elite, acrescentamos os conceitos de modelos mentais produzidos por Dijk (2012c) que associa contextos às práticas sociais e a forma de como elementos cognitivos são utilizados pelos usuários da língua. Nesse sentido, Dijk criou o dispositivo-K, que são mecanismos utilizados na comunicação pelos usuários da língua em contextos, para que não se repita informações que o falante e o receptor já sabiam, e dessa forma, impeça a apropriação de novos conhecimentos.

No que tange ao abuso de poder, alguns modelos mentais e elementos cognitivos, analisamos algumas cenas do conto “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” que trazem indícios semânticos de como a elite branca dominava a minoria negra no início do século XX. Fato re (produzido) por meio de personagens representantes da elite branca e do povo negro.

3 Van Dijk: o conceito de poder

Teun van Dijk é holandês, um dos mentores da Análise de Discurso Crítica (ADC), investigação teórica que é a continuação da linguística crítica (LC), cujos estudos ocorreram na Grã-Bretanha em 1970 com Hallyday. Dijk denomina a abordagem teórica sobre Estudos Críticos do Discurso (ECD), porém utilizamos nesta dissertação a sigla (ACD) Análise Crítica do Discurso tal qual traduzida na Língua Portuguesa.

Com teor crítico, a ACD é transdisciplinar quando um discurso passa por vários discursos, e multidisciplinar é um discurso de várias disciplinas em articulação. Assim, “traz abordagens não só da Linguística Crítica, mas também das Ciências Sociais” (Resende; Ramalho, 2013, p. 14). A meta da ACD é estudar o abuso de poder, o racismo e as desigualdades sociais presentes em textos falados, escritos, em contextos sociais ou eventos comunicativos. Fato que nos levou a optar por essa investigação teórica que embasa análises das obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” as quais deixam transparecer alto teor racista.

Dijk (2012a) foca análises textuais em relações de poder, quer sejam em textos linguísticos escritos, falados, ou referentes às ações de poder exercidas por instituições. O conceito de poder, segundo o autor, difere da sua definição em outras áreas de conhecimento. “Embora haja muitos conceitos de poder na filosofia e nas ciências sociais, defino poder social em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (Dijk, 2012a, p.17). Poder, nesses termos, é exercido pelas elites educacional, política, econômica, sobre grupos minoritários: negros, mulheres, mídias, imigrantes.

O poder é exercido nas ações de Nós (elites) sobre os Outros (minorias) nas esferas do micronível e do macronível. O primeiro conceito exerce manipulação de poder por meio de interações e conversas cotidianas no que dizem respeito à fala. O segundo, exerce a manipulação de poder nas instituições e decisões políticas.

A ACD chama atenção para o abuso de poder que se expressa nas seleções textuais, de conteúdos, exercícios e imagens dos livros didáticos, nos léxicos e nas mídias em geral; o que pode ser compreendido como abuso de poder, quando um grupo que está no poder tenta controlar os outros grupos. Podemos falar do controle do discurso de outros:

[...] que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parciais ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever (DIJK 2012a, p.18).

Dijk (2012a) defende que análises críticas de discursos sejam sociocognitivistas. Ou seja, de acordo com os modelos mentais cognitivistas há re(produção) de abuso de poder e desigualdades sociais referentes aos conhecimentos, modelos mentais e valores. E, ao mesmo

tempo, pesquisadores devem se ater à cultura e à história com o objetivo de entender como a sociedade reproduz discriminação racial, racismos em textos e na comunicação de forma ampla. Estes pesquisadores:

[...] estudam com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados. Eles se examinam criticamente para observar se os resultados de sua pesquisa podem beneficiar a posição dominante dos grupos poderosos na sociedade. Além de assumir a perspectiva dos grupos dominados, os estudiosos dos ECD podem também tentar influenciar e cooperar com “agentes de mudança” ou “dissidentes” cruciais dos grupos dominantes (DIJK, 2012a, p.16)

Para Dijk (2012a), a ACD não é uma abordagem científica neutra. Ela analisa como os textos, as metáforas, os tópicos, as manchetes, os títulos, os pseudônimos, as imagens, a autoapresentação positiva, os estereótipos com intenções negativas, os sons, as alturas das vozes e ausências delas são práticas discursivas que (re)produzem abusos de poder e que são aceitos como naturais pelos dominados.

Além disso, tenta mostrar como pesquisadores, professores, jornalistas, escritores que atuam no / pelo campo simbólico, ou seja, os responsáveis pela construção e reconstrução do conhecimento, assumem a tarefa de informar os receptores sobre a distribuição de poder assimétrica pelas elites nas instituições e como as desigualdades sociais atingem as pessoas.

Na década de 90, Dijk apresentou um estudo sobre como a mídia noticia sobre imigração ou minorias étnicas, tendo o autor como objetivo identificar as relações de poder exercidas pelas instituições e elites. O imigrante é apresentado como o “outro”, o “diferente”, não fazendo parte do “Nós”.

O conceito de poder pode ser analisado no âmbito do racismo, mas:

[...] o estudo do racismo não é obviamente o único modo através do qual nós podemos analisar de forma crítica o modo como o poder e a dominação são reproduzidos na sociedade. O mesmo se passa relativamente ao sexismo, classicismo e a outras formas de abuso de poder (DIJK, 2005, p. 14).

Em todos esses casos, trata-se de relações assimétricas e de poder de controle dos que detêm o poder sobre outros, estes considerados como ameaça à integridade da unidade do “Nós”.

O poder se transforma em abuso de poder quando há autoritarismo contra o Outro (minorias). Dijk amplia o conceito de poder: “É um mal-entendido dizer que o poder é inerentemente ruim” (Dijk, 2012a, p.27), porque ele organiza, controla a sociedade. O ruim acontece, quando as elites o exercem com propósitos aparentemente neutros, ocultando, de forma sutil, seus interesses e vantagens políticos e econômicos. Numa outra forma, a elite assume aparentemente o discurso das minorias, apenas para desviar a atenção deles dos interesses reais, agora defendidos e efetivados em âmbitos da administração política fora do campo da batalha ideológica pública.

O abuso de poder também é exercido em interações sociais e nas práticas discursivas. Entre pais e filhos, médicos e pacientes, policiais e sociedade, professores e alunos e na tomada de decisões nos diferentes níveis de poder executivo, legislativo e judiciário. Em todos esses exemplos, os usuários da língua podem ser tratados com textos discursivos especiais com indícios sutis e positivos de opressão de poder.

O poder se transforma em abuso de poder ou dominação em instituições simbólicas, literatura escrita ou oral, quando há reprodução de discriminação racial por meio de narrativas racistas, novelas, filmes, romances, também por meio acadêmico de distribuição literária. Há casos, por exemplo, nos quais mídias televisivas ou impressas enfatizam a violência no meio de jovens negros. Tais reportagens geralmente são manchetes e destaques, principalmente em canais abertos televisivos.

Acerca desse ponto de vista, Dijk afirma:

[...] Assim, ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições das pessoas, citações, unidades lexicais e muitas outras propriedades de notícias, nós vemos que as *Nossas* coisas boas, serão realçadas, enquanto as coisas más *Deles* serão secundarizadas (mitigadas, marginalizadas, ignoradas) (Dijk, 2005, p. 16).

O discurso e o poder percorrem alguns caminhos que expressam manifestação de poder quanto à posição discursiva ocupada pelos participantes, principalmente em relação as *Nossas* coisas que significam às aspirações, os objetivos políticos, econômicos e outros da elite em detrimento das más coisas *Deles* que são atitudes tomadas pela elite para oprimir os menos favorecidos, a exemplo, de negros, mulheres, crianças que são as minorias em relação ao poder político.

No nível pragmático, como instrumento persuasivo, podemos limitar os atos de quem fala e controlá-los por meio de acusações ou absolvições. Dessa maneira, o abuso de poder pode ocorrer na interação conversacional, um dos interlocutores pode controlar a comunicação ao liderar a conversa sem que ofereça espaço para o outro participante falar, mudar de assunto ou mesmo encerrá-lo.

O abuso de poder simbólico (intelectual) é percebido também em relação à seleção do tipo ou gênero de discurso realizado pelos falantes mais poderosos. Exemplos, sala de aula, o professor ministra o gênero discursivo aula, enquanto o aluno absorve conhecimentos, só sendo autorizado a falar no momento oportuno. Assim também, ocorre nos tribunais onde o gênero interrogatório é peculiar nesse evento comunicativo e o participante só responde.

O poder também assume dimensões, importância, extensões que podem proporcionar algum impacto sobre o discurso e a própria estrutura. Primeiro lugar, podemos citar as grandes instituições de poder, igrejas, escolas, universidades, empresas, partidos políticos. Cada uma dessas instituições faz uso de gêneros discursivos específicos com seus respectivos eventos comunicativos, estilos e retóricas.

Em segundo lugar, há a hierarquia seguida pelos participantes das instituições que obedecem as dimensões de poder, como o chefe que comanda, o subchefe que produz relatórios e assim por diante. Dessa forma, o exercício de poder exige submissão aos comandados que devem cumprir ordens de superiores.

Em terceiro lugar, há relações de poder entre grupos. É o que acontece nas relações de poder entre homens e mulheres. Em relação aos grupos minoritários branco e negro, as referências ao povo negro sempre são proferidas com teores negativos como violência, desemprego, falta de escolaridade e, apesar disso, a elite branca nega qualquer forma de desigualdade social.

Em quarto lugar, há o domínio de poder em relação à influência. Fato presente em algumas instituições que prevalecem sobre outras por serem detentoras de maior prestígio nas áreas: econômica, política, intelectual, entre outras.

Assim, os níveis de poder são exercidos de forma política. Podem ser impostos nos regimes de ditadura ou podem ser controlados parcialmente por elites opressoras em sistemas democráticos de forma mais ou menos consensual (FAIRCLOUGH, 2012a, p. 46-49).

3.1 Os modelos mentais em Dijk

Citamos no capítulo anterior Fairclough ao tratarmos do discurso em relação ao texto, práticas discursivas e práticas sociais na Concepção Tridimensional do Discurso. O adicional nesta dissertação sobre o autor Dijk é o conceito de contexto como a teoria dos modelos mentais.

Essa proposta teórica teve início nos anos de 1980 por Johnson-Laird (1983) e por Dijk e Kintsch (1983). O ponto alto dessa teoria é:

[...] que, além da representação do sentido de um texto, os usuários da língua também constroem modelos mentais dos eventos que são assuntos desses textos, isto é, a situação que eles têm como denotação ou referência – daí o nome de ‘modelos de situação’ (DIJK, 2012c, p. 90).

Os modelos mentais estão representados nos textos orais ou escritos de forma coerente. Os modelos de situação ou contextuais ocorrem nos atos de leitura escrita ou oral que os usuários da língua visualizam por meio de cenas textuais. Isso ocorre na mente dos usuários da língua em que a reconstrução de indícios de leitura, por exemplo, de períodos históricos, quanto ao comportamento social, às práticas sociais, ideologias, preconceitos, crenças, religião, costumes, cultura e assim por diante. Retomando o nosso objeto de pesquisa, em “Negrinha” o leitor visualiza mentalmente como referência a casa de Dona Inácia com a respectiva mobília: cadeira de balanço e em contrapartida o cantinho de Negrinha ao lado da senhora a mirar o cuco.

Trouxemos algumas categorias de análise de modelos mentais contextuais para fazermos alusão ao nosso objeto de estudo que é a discriminação racial. Os modelos mentais se tornam coerentes à medida que os usuários da língua relacionam a temporalidade aos eventos de cada época. Às narrativas das obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” são associadas à época da escravidão no Brasil. Associando-as também à causalidade, interpretando os fatos que levaram ao contexto de humilhação do povo negro.

Os modelos mentais são considerados únicos, além de serem pessoais e subjetivos. Dito de outra forma, “eles não representam objetivamente os eventos de que fala o discurso” (Dijk, 2012c, p. 92), os objetos ou eventos comunicativos em si. Os usuários da língua interpretam cada evento comunicativo a partir dos conhecimentos prévios, de emoções, de forma pessoal em função dos próprios objetivos.

Os modelos mentais são subjetivos também quanto às opiniões e emoções. Os falantes expressam emoções diferentes a cada contexto, porque os usuários da língua são diferentes e têm experiências pessoais também diferentes. Daí serem nomeados por Dijk como experiências de modelos mentais cognitivos.

“Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências”. As experiências pessoais constroem os modelos mentais à medida que cada pessoa armazena os próprios acontecimentos na Memória Episódica (que significa a Memória de longo Termo) conceito de Tulving, citado por Dijk. De igual modo, os usuários da língua revivem experiências pessoais que marcaram as próprias vidas e que são acontecimentos inesquecíveis (TULVING, 1983, apud DIJK, 2012c, p. 94).

Os modelos mentais também se referem ao conhecimento social e geral. Os textos falados ou escritos são considerados incompletos e dependem dos conhecimentos gerais dos falantes ou leitores na construção de modelos mentais em relação a ambientes, objetivos e conhecimentos do leitor. Para isso, o modelo mental de conhecimento irá depender dos conhecimentos que cada um tem na interação discursiva.

Os modelos mentais estruturam as experiências de nossas vidas que estão registradas quanto à saliência na memória episódica, mostrando quais acontecimentos foram mais ou menos importantes. Nesse sentido, são selecionadas as experiências de vida que acontecem em relação ao tempo, lugares pelos quais passamos e no convívio com aqueles que fazem parte da nossa vida em sociedade. Assim, articulam-se os níveis das memórias episódicas das lembranças dos micros e macros eventos.

Os modelos mentais se fazem presentes nas situações cotidianas rotineiras, porém eles são dinâmicos, porque o tempo, o lugar, as pessoas estão constantemente mudando em relação

a novas experiências de vida. Dessa forma, Dijk define os contextos como um tipo especial de modelo mental porque se faz presente na experiência cotidiana:

Os modelos de contexto são também as representações cognitivas que integram e combinam as exigências tanto pessoais como socioculturais que se fazem aos eventos comunicativos e, portanto, explicam tanto as propriedades socioculturalmente compartilhadas de todos os discursos, como suas propriedades individuais e únicas (DIJK, 2012c, p. 110).

Quanto às propriedades dos modelos de contexto, Dijk esclarece que não há tipos de categorias ou estruturas que os constituam de forma fixa. Dessa maneira, eles podem ser contextos globais e locais. Global em relação aos conhecimentos gerais, isto é, ideológicos, políticos, econômicos e outros ou local no sentido individual, de interação pessoal.

Dijk (2012c, p. 113) cita as seguintes categorias como um esquema de modelo de contexto simples. Os contextos são estruturados sempre em algum lugar, ambiente ou entorno, para isso se refere a algum tempo ou período, tendo como agentes os participantes de contextos.

“Os modelos de contextos representam aquilo que é relevante para os participantes numa dada situação comunicativa” (Dijk, 2012c, p. 116). Ou seja, os modelos de contexto se destacam de acordo com a importância e valor discursivos. Por exemplo, a relevância semântica do evento comunicativo de discurso político da presidenta é mais significativo entre os participantes do que uma simples conversa entre amigos. Dessa maneira, a importância de se verificar o papel comunicativo de poder entre os modelos contextuais de interlocutores depende de quem é o participante que fala, qual a importância de ser escutado pelos receptores da língua. Assim, os modelos de contextos reproduzem abuso de poder a depender de quem fala, onde fala, de qual tempo fala e qual o propósito da fala, como elementos cognitivos que explicitaremos no parágrafo seguinte.

“Se os contextos são modelos mentais de situações comunicativas sociais, então a primeira vista, pode parecer estranho [...] incluir também elementos cognitivos nesses modelos mentais” (Dijk, 2012c, p. 118). Contudo, as situações comunicativas não se restringem apenas aos modelos mentais de lugares, ambiente, ou dos falantes e suas respectivas ações, mas as situações comunicativas trazem em si intenções, os propósitos, os

objetivos, os conhecimentos e, segundo o autor até outras propriedades mentais dos participantes.

Dessa maneira, quanto mais modelos de conhecimento os usuários da língua obtiveram, mais oportunidades terão de compartilhá-los socialmente. De forma oposta, a falta de conhecimentos dos usuários da língua os tornam apáticos nas discussões comunicativas em relação aos problemas sociais. Estenderemo-nos mais um pouco sobre a importância da cognição como modelo mental.

3.2 A cognição como modelo mental em discursos

A presença ou ausência de conhecimentos do usuário da língua é imprescindível para o desenvolvimento do contexto. Os modelos mentais contextuais em relação à cognição requerem administração de conhecimento. “Para poderem falar ou escrever de maneira apropriada, os usuários da língua precisam de crenças ou conhecimentos sobre os conhecimentos dos receptores” (Dijk, 2012c, p. 122). É importante em qualquer situação comunicativa o escritor, professor ou palestrante ter conhecimento a qual público está dirigindo à palavra ou mesmo em situação comunicativa de simples conversa entre falantes constatar o que o receptor já sabe. Nesse sentido, Dijk criou o mecanismo-K que regula a (não) expressão do conhecimento no discurso.

O propósito dos mecanismos citados por Dijk é tentar explicar como os conhecimentos entre os falantes da língua podem ser compartilhados sem que não haja repetição de conhecimentos desnecessários entre os receptores. Como não se repetir conhecimentos? Ou como saber o que os receptores já sabem? Com esses objetivos, ele propõe pelo menos cinco estratégias para explicar de que forma os destinatários recebem ou compartilham situações comunicativas:

De tal modo, a relação dos modelos mentais cognitivos com o objeto da nossa pesquisa é evidente nos eventos comunicativos da elite política do início do século XX e ausência de modelos mentais cognitivos do povo negro. Percebe-se que nos contextos sociais do povo negro a discriminação racial não faz parte de modelos mentais cognitivos, contextos ou interações dos participantes com os receptores da língua. Tal fato não existe na língua falada nem na escrita. Realidade oposta com as interações dos personagens, representantes da

elite política que estavam sempre a interagir e propagar racismos, quer seja nas narrativas das obras ou quer seja nos conteúdos das cartas de Lobato para Rangel.

1. Em primeiro lugar, o dispositivo K-1 é relacionado ao discurso num cruzamento de informações que tanto os participantes como os usuários da língua têm conhecimento dos mesmos conteúdos. Esse mecanismo regula o discurso no que diz respeito ao conhecimento da situação comunicativa entre os falantes ou leitores que compartilharam assuntos que se tornaram comuns entre participante e receptor. Dessa maneira, é necessária a repetição do mesmo texto por ambos. Há concordância da elite em conceber que o povo negro é inferior ao branco.
2. Mas, há situações contextuais em que os receptores não sabem do conhecimento pessoal de que o falante já sabia desde a última comunicação entre eles. Dijk se refere a esse mecanismo quando o receptor esquece o que fora compartilhado entre os participantes em determinada situação comunicativa, daí a importância de lembrar o discurso com a frase: “Eu contei a você que...?” Confirmam-se, entre ambos, algumas referências sobre o último compartilhamento dos discursos. Há nos conteúdos dos corpora ênfase à discriminação racial.
3. Há situação contextual de conhecimentos em que “os receptores conhecem aquilo de que nós (isto é, o jornal) já os informou antes”. Aqui nesse mecanismo, Dijk exemplifica como um texto jornalístico sobre o quê os leitores já sabem, chama a atenção da importância acerca de conhecimentos novos entre os usuários da língua e se necessário reativar eventos comunicativos antigos da memória episódica. No final do conto “Negrinha”, quando as sobrinhas de Dona Inácia lembram-se da menina boba que não sabia o que era uma boneca. É a reprodução de ideias racistas.
4. Há situação contextual cognitiva em que “os leitores têm o mesmo conhecimento sociocultural que o receptor.” Esse mecanismo se refere aos conhecimentos comuns entre receptores e participantes de comunidades como referência ao compartilhamento social de conhecimentos culturais, sociocognitivos, a que Dijk denomina de comunidade epistêmica. As interações da elite como os personagens, Padre e Dona Inácia giravam em torno de assuntos dos próprios interesses.

5. A situação cognitiva em que “os receptores compartilham o conhecimento de todas as comunidades epistêmicas mais abrangentes de que fazem parte”. Essa estratégia de conhecimentos significa que “o célebre problema filosófico das Outras Mentes, aplicado ao problema de saber o que os outros sabem, [...] se baseiam em nosso próprio conhecimento, geral ou específico” (Dijk, 2012c: 129-130). Assim, os usuários da língua compartilham conhecimentos que são gerais em qualquer comunidade as quais nosso grupo pertence. Nesse caso, há ausência total em discutir problemas como discriminação racial e valorização do povo negro.

A partir dessas estratégias do dispositivo-K, pressupomos que há diferentes tipos de conhecimentos, sejam organizados por meio de compartilhamentos ou pelas comunidades epistêmicas de forma cultural, pessoal, interpessoal, de um grupo, de uma nação e assim por diante. Frisamos a importância do “conhecimento como uma categoria dos modelos de contexto, bem como as estratégias do dispositivo-K ter consequências fundamentais em todos os níveis da produção e compreensão do discurso” (DIJK, 2012c, p. 131).

Assim, o conhecimento é tido como uma categoria dos modelos de contexto capaz de produzir, interpretar e compartilhar discursos a partir de inferências do que os receptores já sabem. E de um ponto de vista dos modelos mentais e contextos, os discursos são produzidos e interpretados a partir de modelos mentais apropriados a cada situação comunicativa que permite evidenciar de forma minuciosa conflitos de comunicação (DIJK, 2012c: 124-129).

3.3 O conceito de contexto para Dijk

Fairclough e Dijk apresentam conceitos distintos na Análise Crítica do Discurso. Enquanto Fairclough foca o ponto de vista na reprodução de poder, Dijk acrescenta temas em relação às desigualdades sociais, exemplos: a teoria sobre o contexto e racismo.

Na obra *Discurso e Contexto* (2012c), Dijk cria uma teoria que retrate quais as influências de poder adquiridas e utilizadas pelos usuários da língua. Nós nos restringimos à teoria do contexto concernente a ACD. O contexto que varia de significado de acordo com a corrente teórica é conceituada “como ambiente circunstante, condições, situação, plano de fundo de caráter social e assim por diante, mas nunca no sentido de contexto ou de conversa” (DIJK, 2012c, p. 9).

Dessa forma, “o contexto é usado nas teorias da língua, do discurso, da cognição, da interação, da sociedade, da política e da cultura” (Dijk, 2012c: 34-44). Dito de outra forma, ele se define de acordo com os modelos mentais contextuais. Vejamos, abaixo, os conceitos postulados por Dijk:

1. **Os contextos são construtos subjetivos dos participantes** - isso significa que os utilizadores da língua usam da subjetividade, ou seja, das próprias opiniões na constituição do contexto;
2. **Os contextos são experiências únicas** - os contextos transparecem as experiências, emoções vividas pelos locutores de forma única nos momentos das diversas situações comunicativas;
3. **Os contextos são modelos mentais** - a memória episódica é responsável por armazenar acontecimentos que ficam registrados na mente humana e conseqüentemente transforma-se em inúmeros modelos mentais relacionados a cada contexto;
4. **Os contextos são um tipo específico de modelo da experiência** - os participantes repassam as experiências de vida para outros e por meio de ações comunicativas surgem novos contextos;
5. **Os modelos de contextos são esquemáticos** - Enquanto modelos mentais, os contextos têm estruturas que são reproduzidos pelos participantes de acordo com o tempo, espaço e propósitos;
6. **Os modelos de contextos são esquemáticos** - Enquanto modelos mentais, os contextos têm estruturas que são reproduzidos pelos participantes de acordo com o tempo, espaço e propósitos;
7. **Os modelos de contextos são esquemáticos** - Enquanto modelos mentais, os contextos têm estruturas que são reproduzidos pelos participantes de acordo com o tempo, espaço e propósitos;

8. **Os contextos controlam a produção e compreensão do discurso** - são os contextos que são responsáveis pelos modelos mentais de produção, compreensão e interpretações de discurso;
9. **Os contextos têm bases sociais** - ou seja, Dijk (2012c) conceitua os contextos como subjetivos e únicos, eles se realizam por meio de estruturas cognitivas sociais em que os modelos mentais são de conhecimentos, atitudes, ideologias, gramática, normas e valores;
10. **Os contextos têm bases sociais** - ou seja, Dijk (2012c) conceitua os contextos como subjetivos e únicos, eles se realizam por meio de estruturas cognitivas sociais em que os modelos mentais são de conhecimentos, atitudes, ideologias, gramática, normas e valores;
11. **Os contextos são dinâmicos** - isto é, se (re)criam a cada situação comunicativa requeridos pelos participantes;
12. **Com frequência, os contextos são amplamente planejados** - os modelos mentais dos contextos re(surgem) a partir de novas situações comunicativas de modelos mentais com planejamentos próprios. Os modelos contextuais não partem do zero;
13. **Com frequência, os contextos são amplamente planejados** - os modelos mentais dos contextos re(surgem) a partir de novas situações comunicativas de modelos mentais com planejamentos próprios. Os modelos contextuais não partem do zero;
14. **Com frequência, os contextos são amplamente planejados** - os modelos mentais dos contextos re(surgem) a partir de novas situações comunicativas de modelos mentais com planejamentos próprios. Os modelos contextuais não partem do zero;
15. **As funções pragmáticas dos modelos de contexto** - dito de outra forma, os contextos se adequam às necessidades comunicativas de forma coerente nas interações discursivas de entornos socioculturais e cognitivos;

16. **Contextos versus textos** - os contextos não se resumem a textos, eles estão presentes em pressupostos, em implícitos, bem como em referência a outros textos como intertextualidades;
17. **Contextos e relevância** - os contextos se sobressaem nas situações comunicativas em que são relevantes;
18. **Macrocontextos e microcontextos** - os modelos contextuais se apresentam em microcontextos, ou seja, em situações de interação face a face ou por meio de macrocontextos, como instituições, estruturas sociais, históricas;
19. **Os contextos como o centro do meu/nosso mundo** - segundo Dijk (2012c) eles são egocêntricos, ou seja, são modelos mentais que se realizam de acordo com o ambiente, espaço e tempo de atos de fala dos participantes, com propósitos específicos em consonância com aquilo que cada um conhece e acredita;
20. **Semântica versus pragmática do contexto** - Dijk não conceitua contexto de acordo com os focos da Pragmática ou Semântica. Os modelos mentais contextuais também são arquitetados a partir de dêiticos, por exemplo: advérbios, pronomes; somem-se “a elementos da situação comunicativa, tais como o tempo presente, o falante ou o destinatário da mensagem” (DIJK, 2012c, p.40);
21. **Adequação** - o modelo contextual por adequação é realizado pelos tipos de parâmetros exigidos no momento pelos usuários da língua de acordo com a seleção lexical, ou atos de fala, ou distribuição de turnos ou outra situação comunicativa qualquer;
22. **Tipos de contextos e gêneros** - (Dijk, 2012c, p.42) compara os diferentes gêneros discursivos aos também diferentes tipos de contextos, por exemplo, os modelos contextuais interativos entre professor/aluno; médico/paciente; modos falados ou escritos nas instituições e entre outros;

23. **Os contextos são culturalmente variáveis** - os modelos contextuais variam de acordo com a cultura vivida pelos usuários da língua. Nesse sentido, há fusão das crenças, ideologias e conhecimento dos participantes em suas respectivas comunidades inseridas no tempo;
24. **Abordagens cognitivas e sociais do contexto** – para Dijk (2012c, p. 43) “os modelos mentais são representações das próprias situações comunicativas”, isto é, diferente do que se teorizava sobre contexto como a realização de uma ação comunicativa do dia a dia pelos participantes da língua
25. **Rumo a uma teoria das situações sociais** – e por último, para Dijk (2012c, p. 44), os modelos de contexto representam subjetivamente situações comunicativas. Nessa perspectiva, ele defende uma teoria que, de forma geral, explique situações de interpretação das situações, para isso é importante que a teoria do contexto se relacione com outras teorias cognitivas, sociais e culturais, e, principalmente, consequência da experiência e interação humana do cotidiano.

É com base nos desdobramentos dos conceitos de contexto explicitados acima que Dijk (2012c) teoriza na tentativa de entender como o contexto se insere na sociedade e de que modo o discurso proferido pelos usuários da língua reproduz a estrutura social.

3.4 Análises de algumas cenas de modelos mentais racistas nas obras de Monteiro

Lobato

Nesta análise, situar-nos-emos em três passos: como alguns modelos mentais contextuais influenciaram a formação de discriminação racial das obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”. Em seguida, quanto às cenas de contexto cognitivo da elite branca que aludem à discriminação racial. Por fim, como é constituído o sistema discriminatório racial em “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”.

3.4.1 Modelos mentais espaciais

Modelos Mentais são os que estão na base da fala do narrador e das outras personagens do conto, como modelo mental espacial. Para Dijk, (2012c, p. 35) os “modelos

de contexto são esquemáticos”, porque são estruturados de acordo com o espaço físico, o tempo e os propósitos das elites que detêm o poder. Sendo assim, há, em “Negrinha” duas cenas que exemplificam o modelo mental em referência aos espaços físicos, na cozinha e sala de estar.

O conto é iniciado descrevendo o contexto do espaço físico da personagem Negrinha que nascera na senzala, trazendo ao leitor o contexto temporal do período da escravidão no Brasil. “A primeira infância vivera no canto escuro da cozinha” Lobato (2008, p. 19). Percebemos o propósito contextual que a elite branca determinava para o povo negro, o não lugar.

Quanto aos personagens da elite branca: o Padre, Dona Inácia e suas sobrinhas possuíam espaços físicos privilegiados. O narrador determinava para a personagem Dona Inácia lugar especial na igreja e lhe assegurava também um lugar no céu. Na sala de jantar fazia uso de trono, cadeira de balanço, onde também o padre, representante da Instituição religiosa lhe fazia companhia. As sobrinhas de Dona Inácia tinham liberdade de percorrer toda a casa com muita alegria e diversão sob os aplausos da tia Inácia.

Monteiro Lobato ao produzir a narrativa de “Negrinha” como poder simbólico, apresenta à sociedade o modelo mental contextual em relação ao tempo escravocrata. Ainda em relação ao espaço físico, Negrinha não podia andar para que não fosse aos fundos da casa (quintal) e estragasse as plantas de Dona Inácia. Conseqüentemente, ela recebia ordens para ficar aos pés da senhora dela e fazer crochê sem fim. A única companhia da personagem era um cuco que sinalizava o passar do tempo de hora em hora. Visualizamos a opressão discriminatória de uma época que os participantes negros estavam imbuídos em obedecer à classe dominante quanto ao direito de locomoção e de não viver o tempo dignamente como ser humano.

O propósito da classe social dominante era produzir “contextos como modelos mentais” de poder absoluto Dijk (2012c, p. 34). Podemos ver, por exemplo, a forma de o narrador definir Dona Inácia como excelente senhora. Isto também é constatado pelo uso dos pronomes de tratamentos: *Dona* Inácia, *Santa* Inácia, *Dona* Benta, e em “Caçadas de Pedrinho” como *Sinhá*, *Senhora*. O narrador descreve o poderio da elite ao se referir à autoapresentação positiva de Dona Inácia como ex-senhora de escravos: “[...] Qualquer

coisinha: uma mucama era assada ao forno porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho porque disse: Como é ruim a sinhá!” (LOBATO, 2008, p. 21).

É o modelo mental que apresenta o contexto como experiências únicas. A cena do castigo que Negrinha sofrera, quando Dona Inácia pôs-lhe um ovo quente em sua boca dela porque chamou peste com uma criada. A cena do contexto é descrita como momento único recheado de muita emoção de rancor e vingança. Deixando transparecer para os usuários da língua o modelo mental de poder, imposição da elite dominante com requintes de crueldade e humilhação.

Vemos que, em “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”, há modelos mentais de contextos em relação à “relevância”, níveis de poder (Dijk, 2012c, p. 39). Ou seja, a demonstração do modelo mental da liberdade quanto à imposição de poder na voz da elite branca e da supressão da voz do povo negro. No conto “Negrinha” há o papel social do padre que, em companhia de Dona Inácia, conversavam sobre assuntos de interesses próprios de forma livre, prazerosa, em rodas de conversa na sala de jantar. Ela era “considerada esteio da religião e da moral”, enquanto a personagem Negrinha não tem direito à fala em nenhum momento no conto (LOBATO, 2008, p.19).

Em Caçadas de Pedrinho, vemos a cena na qual a bicharada invade o sítio para vingar a morte da onça, porém são derrotados. No final do capítulo VII, tia Nastácia agradece a Emília: “Você me salvou a vida, Emília! E não há nada o que pague semelhante coisa”. Há *Outro*, apresentação negativa contextual do povo negro, quanto à submissão total à elite branca. E dessa forma, esse modelo mental, segundo o narrador, devia ser reproduzido porque tia Nastácia confirma “que não há nada que pague semelhante coisa”, isto é, que os negros sempre dependeriam dos brancos, sem que o narrador onisciente dessa margem para os leitores problematizarem o tema da discriminação racial.

3.4.2 Modelos mentais cognitivos

Seguindo os procedimentos metodológicos, analisaremos algumas cenas dos nossos objetos de pesquisa em relação ao modelo mental do contexto cognitivo da elite branca que alude à discriminação racial. Percebemos que os mecanismos-k servem para regular a (não) expressão do conhecimento no discurso que só prevalecem para os eventos comunicativos da

elite política com o propósito total de tolher a aquisição de conhecimento dos receptores negros.

No primeiro exemplo, em referência ao dispositivo-k-1, que integra os eventos comunicativos entre os receptores, e o que fora dito antes (Dijk, 2012c, p. 124), revemos a intertextualidade da referência nominal de Tia Nastácia em “Caçadas de Pedrinho” que era nomeada por preta, pretura, macaca e esta mesma linguagem de discriminação são compartilhadas com os leitores da carta pessoal do autor ao amigo, Rangel: “não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens há macacões” (LOBATO, 1959).

No segundo exemplo, em referência ao dispositivo-k-3, “Assuma que os receptores conhecem aquilo de que nós [...] já os informamos antes” (Dijk, 2012c, p. 126). No final do conto “Negrinha”, o narrador pergunta: “Lembras-te daquela bobinha da titia, que nunca vira boneca?” (Lobato, 2008, p. 26). Esta cena traz à lembrança do leitor o sofrimento da personagem negra que não teve infância, e, ainda mais, era considerado bobo, sem personalidade própria, brinquedo para as crianças da elite branca.

Este tipo de modelo mental de contexto re(produz) na memória episódica conhecimento de discriminação racial. Ainda este tipo de modelo mental de conhecimento pode trazer por um lado repúdio dos não racistas, mas por outro pode trazer re(produção) contextual de racismo.

Podemos enfatizar também o “Nós” como Dijk se refere. O pronome serve para separar a predominância entre poderes de elites e menosprezar o “Deles”, nesse caso, os anseios de liberdade e identidade do povo negro.

3.4.3 Os pilares construtores do racismo

Selecionamos alguns pilares formadores da sociedade que se destacam na constituição racista das duas obras no que dizem respeito à política, economia, religião e o uso da linguagem. Dijk se refere às elites como reprodutoras discursivas do racismo por causa da influência ao acesso do discurso público,” a saber, dos meios de comunicação de massa, da política, da educação, da pesquisa e das burocracias, e do seu controle sobre ela” (DIJK, 2012a, p.139).

Como sugerido, na obra *Negrinha*, a personagem Dona Inácia detém o poder de decisões nas instâncias essenciais à vida humana: (...) “dando audiências, discutia o tempo” (Lobato, 2008, p. 19). Dessa maneira, sempre estava instruindo a elite social de como agir contra as minorias (negros, mulheres, crianças). “Mas não admitia choro de criança. Ai! Punha-lhe os nervos em carne viva. Viúva sem filhos [...] não suportava o choro de carne alheia. Assim, mal vagia, longe, na cozinha, a triste criança, gritava logo nervosa [...]”. A partir dessas informações iniciais do conto, todo o enredo se desenvolve com decisões impostas por Dona Inácia de como seria o tratamento contra a classe social negra.

Como analisado em seções anteriores, quanto à referência nominal, *Negrinha* não tinha nome próprio, nesse sentido não era considerada um ser social. A decisão quanto à moradia, o lugar de **Negrinha**, representante da classe negra, era nos recantos (cozinha) ou arredores da casa da patroa. Quanto à interação, era proibida de usar a linguagem: a triste criança, gritava nervosa e Dona Inácia pergunta: Qual é a peste que está chorando? Quanto à educação era repressora, retome-se o caso do ovo quente. Quanto à alimentação: “vivo criando essas pobres de Deus” (Lobato 2008, p.23), ou seja, pessoa sem recursos materiais nenhum. A elite detinha o poder político de decidir sobre a moradia, interação, a liberdade de ir e vir, a cultura, a dignidade, a educação, a alimentação, de uma forma geral, a vida dos não brancos.

Da mesma forma, nas narrativas de “Caçadas de Pedrinho”, Dona Benta administra o Sítio do Pica-Pau-Amarelo. No episódio da chegada do rinoceronte ao sítio, envia-se um telegrama ao Rio de Janeiro: “Meus netos acabam de informar-me que o famoso rinoceronte, que andam procurando pelo país inteiro, acha-se escondido nas matas deste sítio. Encarecidamente peço providências imediatas. Benta de Oliveira” (LOBATO, 1966, p. 83).

Em ambas as obras a elite é responsável pelas decisões políticas na fazenda, em “*Negrinha*”, ou no sítio do Pica-Pau-Amarelo em “Caçadas de Pedrinho”.

3.4.3.1 Na área econômica

Do mesmo modo que a elite branca detém o poder político sobre a classe negra, tal fato ocorria também na área econômica. Dijk em seu livro: “Racismo e Discurso na América

Latina”, ao discutir sobre a realidade econômica dos escravos no século XIX, na América Latina, diz:

[...] Do norte ao Sul, no México, na Venezuela, na Colômbia, no Peru e, respectivamente e, especialmente, no Caribe e no Brasil, as pessoas de origem africana foram sistematicamente inferiorizadas em todos os domínios da sociedade. Preconceitos contra os negros aliados a uma vasta rede de práticas discriminatórias reproduziram, por conseguinte, a pobreza, o baixo status e outras formas da desigualdade social no que concerne ao branco dominante e às elites mestiças (DIJK, 2012b, p. 13).

Casos relacionados à pobreza são abordados por Monteiro Lobato no conto “Negrinha”. Não surpreende o estado de pobreza que desencadearam discriminação racial vivido pelos negros e enfatizado por Dijk. A história evidencia também a mão de obra gratuita dos não brancos para os senhores de engenho, os donos de cafezais, cuidadoras de crianças brancas e que, após a libertação dos escravos no Brasil, foram largados à revelia, sem instrução, sem trabalho, sem apoio econômico.

Podemos ver em “Negrinha”, filha da escrava Cesária, deixando-a órfã em extrema pobreza, “seus primeiros anos vivera-os [...] sobre velhas esteiras e trapos imundos”. Foi adotada por Dona Inácia que a maltratava e a fazia chorar de “fome quase sempre”. Dessa maneira, a personagem “cresceu magra e atrofiada” (LOBATO, 2008, p. 20).

Destacamos outra vez, a visita das sobrinhas de Dona Inácia em que Negrinha teve autorização para brincar com elas “Mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma. Beliscão no umbigo, e nos ouvidos o som cruel de todos os dias: Já para o seu lugar, pestinha! Não se enxerga?” (LOBATO, 2008, p. 23).

A desigualdade humana chicoteou a alma do povo negro. Assim, a falta de condições econômicas e conseqüentemente a desigualdade de raças causou, e ainda causa desespero aos não brancos. Dessa forma, Dijk define o uso ilegítimo de poder: “chamo essas formas de abuso de poder de dominação” (DIJK, 2012a, p. 28). O abuso de poder propõe conseqüências de desigualdade e de injustiça ocorrido de forma ilegítimo de ação em variadas situações.

3.4.3.2 A negação do discurso na constituição racista

Nessa abordagem teórica, a interação discursiva também é um componente importante na estruturação racista em ambas as obras. Primeiro, em “Negrinha” e depois em “Caçadas de Pedrinho”. Sendo assim, *Negrinha*, enquanto representante da classe negra, não podia expressar sofrimentos, dor ou anseios que Dona Inácia perguntava: “Quem é a peste que está chorando aí? [...] A mãe da criminosa abafava a boquinha da filha e afastava-se com ela para os fundos do quintal, torcendo-lhe em caminho beliscões de desespero” (Lobato, 2008, p.19). Ao fazer isso, o narrador expressa toda angústia de Cesária em tentar calar até o choro da filha, era a expressão de desespero de não poder fazer o menor esboço para interagir com o mundo fechado para ouvir as reivindicações dos negros. A única voz presente no contexto do início do século XX era a da elite.

Nesse caso, “o discurso e a comunicação [...] desempenham um papel central na trans(formação) da ideologia”. Dijk refere-se à interação com o *Outro*, no sentido de interpretar o mundo como elementos capazes de sustentar ideologias discriminatórias ou transformar o mundo em que vive. No exemplo acima, o não interagir significa preservar a dominação sobre a classe social negra.

Da mesma forma em “Caçadas de Pedrinho”, a personagem tia Nastácia não interage na narrativa, além de ter problemas intelectuais, é a única no sítio que não sabe o que é um rinoceronte: “ignorava o que fosse um rinoceronte” (Lobato, 1966, p. 62), sem oportunidade: “correu qual uma desvairada às pernas de pau que Pedrinho lhe tinha feito. Nada achou. A Cléu se havia utilizado delas” (Lobato, 1966, p. 55). A voz da elite branca é unilateral, apenas uma vez no final da narrativa, a personagem tia Nastácia pede para ter voz ao dizer: “Nego também é gente, sinhá!”.

3.4.3.3 Lugar religioso do negro e do branco

De forma similar a constituição racista discriminatória se materializa na religião: o céu é destinado à classe social branca e o inferno à classe social negra. Tal evidência se constata em “Negrinha”.

A personagem *Negrinha* vivia uma realidade às avessas, “cale a boca diabo!” (Lobato, 2008, p. 20). Essa era a forma como Dona Inácia se referia a Negrinha. Primeiro era proibida

de se expressar, além de ser nomeada por diabo, segundo a Bíblia Sagrada. Lúcifer, anjo mal que foi expulso do céu ao se rebelar contra Deus e cuja morada é o inferno, lugar de sofrimento, dor e sem misericórdia. “Braços cruzados, já diabo!” Braços cruzados no sentido de imobilidade, isto é, os negros não tinham o direito à expressão, ao movimento, à vida, à criação, à inovação, ao sonho.

Fato percebido gramaticalmente: Já, diabo! Dito de outra forma, a interjeição de tempo que significa no tempo presente e mais uma vez diabo. Como o exemplo mostra, a metáfora implícita de inferno está presente em toda narrativa do conto em que o enredo se desenvolve mostrando as atrocidades da elite branca ao oprimir Negrinha.

É assim desde o início do conto a partir do nascimento “nascera na senzala; órfã” (Lobato, 2008, p.19) [...] “fome, ou frio”. “Batiam-lhe sempre por ação ou omissão”. É fato, a opressão aos negros era ato de dominação; “O corpo de Negrinha era tatuado de sinais; sua pobre carne exercia para os cascudos, croques e beliscões a mesma atração que o ímã exerce para o aço” (Lobato, 2008, p. 20). “Ímã” material cuja força magnética é a atração, para a elite a meta principal era a dominação, opressão e a hegemonia sobre as minorias: negros, mulheres e crianças tal qual a comparação feita com o ímã.

Como os exemplos mostram, a elite branca, metaforicamente, tinha o céu como herança a partir daqui da terra, fato constatado na abundância econômica, no poder político, na identidade própria, enquanto os negros viviam no inferno a partir da vida terrestre com o retrato de sofrimentos, sem direito à moradia, educação, saúde, alimentação, cultura, interação, enfim sem direito à vida, ou seja, o inferno em vida, as mortes material e espiritual.

Dentro das circunstâncias as quais essa pesquisa foi conduzida, as assimetrias de poderes tão presentes além de textos, tese defendida por Fairclough na Concepção Tridimensional do Poder e nos Modelos Mentais com ideologias próprias e persuasivas utilizadas pela elite branca sobre as minorias, no nosso caso, o povo negro, defendidas por Dijk.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado sob a perspectiva da ACD para dar conta de estudar e compreender as duas obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato. A escolha da Análise Crítica do Discurso em muito facilitou em direção ao caminho do estudo e da análise. Dessa maneira, apresentamos as razões que nos levaram a considerar que essas duas obras de Monteiro Lobato trazem fortes reflexões racistas.

Podemos afirmar que tais obras para serem estudadas nas escolas ou enviadas às bibliotecas públicas, precisam de observações em pés-de-página sobre Educação de Direitos Humanos. Legítima tal conclusão, o fato de o autor Monteiro Lobato ter vivido no início do século XX, período da história mundial em que a escravidão era nomeada como verdade pela elite e legalizada nas esferas: política, religiosa, econômica, cultural e, de forma geral, nas questões sociais.

É inegável a contribuição de Monteiro Lobato, no cenário da Literatura do Brasil. Nas obras analisadas, além da percepção sociocognitiva com as respectivas crenças, pudemos identificar ideologias e assimetrias de poder exercidas pela elite branca, em detrimento do povo negro.

Acreditamos que os aspectos analisados possam trazer subsídios para novas reflexões sobre as obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” no contexto escolar. A elite branca, com supremacia econômica suprimiu a cultura em nome dos fenotípicos: cor de pele e características da raça negra, com o intuito de mão-de-obra gratuita também legalizado no mundo, mas aqui no Brasil, tal prática continua nesse início de milênio. Mesmo após a libertação dos escravos pela Princesa Isabel, a prática de discriminação racial perdurou nas crenças de que ser negro era sinônimo de exclusão social. Foi nesses termos, que as obras de nosso objeto de pesquisa foram publicadas. Dessa forma, trouxeram em si a carga semântica de discriminação racial, divisão de dois povos: os negros sem voz e brancos superiores nas áreas econômica, religiosa, cultural e social como um todo.

A ideia de que o racismo é atitude perniciosa e que deve ser combatida tem sido a bandeira dos povos e é resultado do Estado Democrático de Direito, proposta eleita pelos

constituintes que elaboraram a Constituição de 1988 a qual repugna a discriminação racial, fato ratificado pela Secretaria de Educação, Parâmetros Curriculares e todos os órgãos responsáveis pela educação escolar no país.

Esse tipo de análise proporciona oportunidade para que se discuta sobre relações raciais em que os brasileiros, por um lado, não se consideram racistas, mas por outro lado, há problemas de discriminação racial a exemplo dos eventos no futebol como fora citado na primeira seção desta dissertação.

Os fatores históricos são agentes influenciadores de modelos contextuais com práticas vividas no cotidiano das pessoas, ideologias persuasivas com interesses próprios pelas elites que estão no poder, e que apresentam uma das razões discriminatórias para a (re)produção das obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho”.

Outros aspectos levantados sobre as formas de discurso dominantes, que induziram às obras a conteúdos racistas, são os efeitos de sentido dos léxicos no que diz respeito ao discurso, ideologia e racismo. Em primeiro lugar, os discursos proferidos pelos personagens que representam às instituições: econômica, política, cultural, religiosa e social são unívocos, ou seja, só há a voz da elite. Em segundo lugar, a ideologia também não é diferente, a ideia de que ser negro, não é gente, mas sim, mercadoria de troca e venda é o apagamento do ser humano, tido como raça inferior; e, por último, racismo, no sentido de separação, anulação e silenciamento dos valores dos não brancos, daí ser mais fácil proibir as obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” de circularem ou simplesmente pôr observações em pés-de-página a discutirmos as razões que levaram o autor, Monteiro Lobato a produzir tais obras que servem como bem simbólico aos brasileiros desde o início do século XX.

Com esta dissertação foi mostrada, em primeiro lugar para Educação que, principalmente para o contexto escolar, os alunos com os respectivos professores precisam discutir desde as séries iniciais, textos que tragam teor racista com intuito de formar cidadãos capazes de respeitar a pluralidade racial e transformar mentalidades, crenças e valores responsáveis em manter conceitos de discriminação racial herdados por elites políticas cuja intenção é oprimir os menos favorecidos.

Em segundo lugar, descobrimos que o ensino da Literatura Infanto-Juvenil exige leitura crítica de temas polêmicos e racistas. Nesse aspecto, os textos (escrito ou oral) trabalhados em sala de aula devem analisar os sentidos do vocabulário, da gramática, da coesão e da estrutura textual que trazem nuances para manter ideologias e sustentar a hegemonia de discriminação racial.

Quanto à prática discursiva, o ensino deve direcionar o aluno à leitura reflexiva de como os textos são produzidos, distribuídos, contextualizados, consumidos e analisar quem são os agentes políticos que manipulam a sociedade para fins próprios.

Podemos adicionar que, além dos aspectos históricos, dos conceitos de efeitos de sentido dos léxicos: discurso, ideologia, racismo, temos também, segundo Dijk (2012b), os contextos em que há poder, cognição e modelos mentais direcionados a suprimir minorias, no nosso caso, discriminação racial, que é uma somatória de razões que levaram Monteiro Lobato a produzir as obras com teor racista.

A utilização das categorias de análise crítica do discurso – ACD embasa a fundamentação teórica em que analisa a assimetria de poder exercido pela elite branca em oposição à minoria negra presente no início do século XX.

Nota-se também a demonstração de poder por meio do discurso em relação à linguagem cuja elite detém a fala, a linguagem oral por completo, exemplo o vocabulário com demonstração de poder e semântica negativa controla todos os discursos das personagens: Dona Inácia, com maior ênfase (Negrinha) e Dona Benta (Caçadas de Pedrinho).

Percebem-se a assimetria de poder e controle de discurso não apenas nos textos orais, escritos, mas também nas práticas discursivas em que os usuários da língua reproduzem o vocabulário negativo, discriminatório de forma naturalizada, fato imposto pela elite branca com o intuito de manipular a classe negra e oprimi-la nas esferas institucionais (escolas); na distribuição por meios simbólicos (leituras, mídias); meios econômicos (com mão-de-obra gratuita); cultural (valorização da cultura da elite branca e anulação da cultura negra).

É claro também o controle do discurso e a autoapresentação positiva da elite branca em relação à política, é sempre *Ela* (elite) quem decide, resolve, administra, manda. Isso

concernente à religião, outra vez, nos setores econômicos e a supressão total da cultura *Deles* (os negros).

Desse modo, o comando de poder da elite branca é notório capaz de (des)legitimar a discriminação racial no início do século XX, e, por outro lado, repugná-la no início do século XXI, graças a movimentos antirracistas que são capazes de impor mudanças de crenças e reparar injustiças sociais, aliás, proposta que alicerça a Análise Crítica do Discurso.

Semelhantemente, há assimetria e controles de discurso nos contextos. Dijk (2012b) se refere a esse aspecto de poder ao defender que o poder social é constituído por meio de crenças exercidas pelas elites (Eles) e não se restringe ao indivíduo (Deles). Assim, surgem os modelos mentais contextuais que são assimilados e consumidos pelos usuários da língua.

Acrescentamos a cognição também como modelo mental, (conhecimentos); conseqüentemente, a construção do sistema racista com suas respectivas interações, crenças, (re)produções de racismo. Essas razões endossaram a inspiração do autor Monteiro Lobato nas produções das obras *Negrinha* e *Caçadas Pedrinho*.

Os corpora analisados evidenciam que as obras trazem conteúdos com discriminação racial. Principalmente, a personagem *Negrinha* que é excluída da sociedade a partir do próprio título do conto. Com essa abordagem, a personagem representante da classe negra, é filha de uma escrava que dá a conotação de que não significa ninguém. A personagem negra é excluída da sociedade desde a infância com maus tratos, castigos ferrenhos exercidos pela representante da elite branca, Dona Inácia que é a personagem carrasca como ela mesma se autodefine: “tiraram-me das mãos o azougue, mas não a gana” (Lobato, 2008, p. 21). Dito de outra forma, a elite branca era detentora da supremacia sobre o povo negro, mesmo após a libertação dos escravos. A força política era realidade concreta e os negros a semelhança do final do conto quando *Negrinha* morre com apenas trinta quilos mal pesados, igual a um gato sem dono.

Da mesma forma, “*Caçadas de Pedrinho*”, com conteúdo voltado mais para as aventuras do Sítio do Pica-pau-Amarelo, por outro lado, traz também exclusão do negro ao comparar Tia Nastácia a *macaca*. Além de nomeá-la mais de uma vez pela cor *pretura*.

Em ambas as obras o racismo está presente na religião, na cultura, na ideologia discriminatória, na crença da desvalorização dos não brancos, nos modelos mentais, na naturalização das injustiças sociais, na limitação geográfica dos negros, no impedimento da interação dos negros com os brancos, na aparência física, no não lugar da religião, na subserviência da mulher negra, na autoapresentação positiva da elite branca versus classe negra, metáforas negativas. As duas obras estão permeadas por esses indícios de racismo, fruto de uma época com mentalidade racista, e que hoje (2015) apresentam material reflexivo para mudanças históricas e sociocognitivas sobre a discriminação racial em relação à leitura destas obras nas aulas de Língua Portuguesa.

Como dito anteriormente, a utilização dos princípios da Análise Crítica do Discurso – ACD formaram a base teórica reflexiva deste trabalho. Com o propósito de tentar aprofundá-lo estamos conscientes de que não esgotamos este tema. Seus postulados permitem que, na sua prática, sejam sublinhadas formas linguísticas que se fizeram presentes nos textos analisados como expressões e manipulações de poder. Esse poder que é sinalizado não somente nos textos, mas também na prática discursiva, na prática social e nos contextos.

A opção feita foi justamente por Fairclough e Dijk. O primeiro porque possibilita a visão da assimetria de poder presente nos controles dos discursos nas três Concepções do Discurso: texto. Na Prática discursiva em relação à manipulação de poder no consumo dos textos pelos usuários da língua de forma naturalizada; e, por último, na Prática Social em que o discurso como poder sobre discriminação racial era legalizado pela elite branca.

Segundo a ACD, representada por Fairclough, “Prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo são uma faceta de luta hegemônica” Fairclough (2001, p.123). Isto é, em ambas as obras os textos contribuíram para a (re)produção do discurso discriminatório de acordo com as conversas cotidianas, do poder simbólico (leituras das obras e mídias).

Quanto ao nosso segundo autor, Dijk, há discurso racista nas duas obras analisadas, ou seja, há assimetria de poder de acordo com o tipo de contexto, especificamente em nossa pesquisa, constataram-se assimetria de poder em pelo menos três tipos de contexto: nos Modelos mentais de acontecimento, exemplo: as lembranças das maldades sofridas por Negrinha recordadas pelas sobrinhas de Dona Inácia; quanto ao Relato cognitivo, a narrativa do ovo quente que foi arrefecido na boca de Negrinha; e, por último, o vocabulário se adéqua

ao contexto ditado pelo poder, em nossas análises, o vocabulário com autoapresentação positiva era produzido pela elite branca, enquanto o vocabulário com semântica negativa era imposto para a reprodução de discriminação racial por Eles (elite).

Além dos autores fundamentais desta pesquisa Fairclough e Dijk mencionamos de forma breve, primeiro, Gramsci em que enfatiza hegemonia como controle e dominação das elites sobre os subordinados e, em seguida, Thompson que também aborda o conceito de ideologia como dominação dos que estão no poder.

A configuração dos textos do *corpus* demonstra o acerto das escolhas dos autores que fundamentam esta pesquisa. Temos assim, com a teoria de Discurso de Fairclough, assimetria de poder nos discursos dos narradores em “Negrinha” e em “Caçadas de Pedrinho” em relação aos textos: a discriminação racial no vocabulário está presente na autoapresentação positiva da elite e na polidez negativa em relação ao povo negro.

Quanto à Prática Discursiva, há nas obras (re)produção e consumismo de ideias racistas com o intuito de naturalizar a discriminação racial; e nas Práticas Sociais há a legitimação oficial da elite branca por meio da Constituição de 1934 e mesmo após a libertação dos escravos (1888) os resquícios de racismos contra os negros continuaram nas relações raciais no sentido de exclusão dos não brancos na sociedade brasileira.

Já em relação ao nosso segundo autor, Dijk contribui com a teoria do contexto em que demonstra a (re)produção do racismo em várias situações contextuais, exemplificadas com as vozes dos personagens, principalmente as representações da elite branca por Dona Inácia e Dona Benta, a partir de crenças, ideologias e hegemonias absorvidas pelas minorias, em nosso objeto de pesquisa, o racismo na minoria étnica racial.

Dessa forma, a elite branca detém o poder do discurso sobre as minorias raciais, de gênero (mulheres, crianças), nos campos históricos, econômico, cultural, religioso, ético, nas linguagens oral e escrita, bem como exerce formas de persuasão com intenção direcionada para contextualizar racismos, (re)produzir no cotidiano social práticas racistas, além de executá-las de forma legítima e conseqüentemente consegue naturalizar racismos e discriminação racial.

Resta pensar o agir da produção e reprodução do discurso que, segundo a prescrição de Fairclough e Dijk, a leitura crítica textual traz indícios ou pistas de execução de poder de elites direcionadas para oprimir os menos favorecidos e tais conteúdos estão presentes em obras literárias ou não.

Neste estudo, analisamos de forma crítica como as obras “Negrinha” e “Caçadas de Pedrinho” foram produzidas com teor racista. O autor Monteiro Lobato, filho do seu tempo, traduziu discriminação racial nas narrativas das respectivas obras e contribuiu para que o racismo se reproduzisse nas práticas sociais. Fato verificado quando fazemos o entrecruzamento com as duas cartas pessoais enviadas ao amigo Rangel. Nas obras literárias temos a personagem, como exemplo, tia Nastácia nomeada por macaca. Da mesma forma, nas cartas pessoais temos o posicionamento do escritor sobre o povo negro. E nesse entrecruzamento com as cartas pessoais ele chama de macaca as mulheres e de macacões os homens, não deixando dúvida nas leituras literárias e cartas pessoais o teor racista ratificadas pelo autor.

O discurso é o formador constitutivo de discriminação racial nas esferas textual, na discursiva e na prática social. Dessa forma, afirmamos que o presente estudo se encerra abrindo novas interrogações sobre a Educação em Direitos Humanos, onde se inclui as escolas sobre o “politicamente correto”. Um aspecto interessante para outra pesquisa diz respeito à destruição de memória-acervo da sociedade mundial em nome de uma possível blasfêmia. Uma investigação bastante pertinente seria estudar o intelectual público idealizado do Habermas. A ideia desse intelectual público idealizado faz com que pensemos no papel do intelectual crítico da sociedade na democracia contemporânea.

Finalmente, esperamos ter acrescentado algumas informações que ajudem os professores a ministrar aulas de língua portuguesa em que proporcione ao aluno fazer leituras críticas de autores clássicos, a exemplo de Monteiro Lobato, a partir de contextos históricos distintos, com possíveis conhecimentos para identificar as intenções das elites que exercem controle de discursos, hegemonia, manipulação contra as minorias raciais, de gênero ou qualquer outra forma de racismo, fato intolerável pelos grupos antirracistas, neste início do milênio (2015). Não apenas se limitar a leituras de observações em pés-de-página sobre o período escravagista dos negros no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Tese (Doutorado em psicologia) - Univesidade de Brasília, Brasília, 2008;

BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Martins da Fonte, São Paulo, 2003;

BOAS, Franz, **A Mente do ser humano primitivo**. 2. ed. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2011;

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 4º ciclos do Ensino Fundamental– Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília, SEF/MEC, 1998;

_____. IBGE, centro de documentação e disseminação de informações, **500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007;

_____. Presidência da República. **Protocolo de representação na Controladoria - Geral da União (CGU)**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2001;

_____. Ministério de Educação e Desportos. **Livros didáticos**. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/programa_Nacional_de_/A1ticos>. Acesso em: 15.06.2014;

_____. **Organização das Nações Unida para a educação, a ciência e a cultura**. Wikipedia. Disponível em: PT.wikipedia.orgunesco/.../Organização das Nações Unidas para-a-Educação, a Ciência e a Cultura. Acesso em 24 de abril, 2015;

_____. **IBGE: população brasileira**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/censo2000. Acesso em: 24 abr. 2015;

_____. **Lei-Afonso-Arinos.Lei-1390-51** Disponível em: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid.presrepublica.jusbrasil.com.br/> Acesso em: 02 jun. 2014;

_____. **IBGE: www.IBGE: síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <www.IBGE: síntese de indicadores sociais/ laurocampos.org.br>. Acesso em: 24 nov. 2014;

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: ministeriodaeducaçãocultura/ Acesso em: 15 nov. 2014;

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Espaço do professor**. Disponível em: <www.mec.otm.espaçodoprofessor.línguaportuguesa.com.br> Acesso em: 15 nov. 2014;

_____. **Furrundu**. Disponível em:<michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/pisca_1022646.html> Acesso em: 26 nov. 2014;

_____. **Espaço acadêmico.**

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Revista Espaço Acadêmico – nº46 – março de 2005-mensal-INSS 1519.6186. Acesso em 25. mar. 2015;

_____. **CGU.** Documento de Representação. Brasília, 25 de setembro de 2012;

CAMARGOS, Márcia. **Memórias da neta de Monteiro Lobato.** São Paulo: Moderna, 2007;

DIJK, Teun Adrianus Van. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2012a;

_____. **Racismo e discurso na América Latina:** Contexto, São Paulo, 2012b;

_____. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. Editora Contexto. São Paulo, 2012c;

_____. **La noticia como discurso,** Editorial Paidós Ibérica, Barcelona, 1990;

_____. **Discurso, notícia e ideologia.** Campo das Letras, Porto, 2005;

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, São Paulo, 1987;

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** UNB: Brasília: 2001;

_____. **Language and Power.** New York: Longman, 1989;

_____. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, E.R. (Org.). **Análise Crítica do discurso:** uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p.125;

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** São Paulo: Editorial Globo, 2003;

GRAMSCI, A. **O princípio da hegemonia em Gramsci.** Coleção Educadores, Tradução e Organização: Paolo Nosella, Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangama, Lisboa, 1987;

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. 34. ed. 1999;

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil,** 26 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995;

JONES, James M. **Racismo e preconceito.** Centro de Catalogação-na-fonte. São Paulo: Câmara brasileira do Livro, 1973;

LAJOLO, Marisa, **Monteiro Lobato:** um brasileiro sob medida. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2006;

LOBATO, Monteiro. **Negrinha.** São Paulo: Globo, 2008;

_____. **A Barca de Greyre.** 9. ed. São Paulo, Ed. Brasilense, 1º Tomo 1959;

_____. **Barba-azul**. Disponível em:

<www.barba-azul.lobato.globo.com/lobato.asp>. Acesso em: 24 abr. 2015;

_____. **Negrinha**.

Disponível em:< <https://www.yumpu.com/pt/document/view/1423610/Negrinha-CGU-25-9-2012>>. Acesso em: 04 jun. 2014;

_____. **Urupês**. São Paulo:Brasiliense, 1978.ed.13;

_____. **XI Congresso brasileiro de sociologia – sociedade**. Disponível em :

www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com... Acesso em : 24. Out. 2015.

_____. **Primeira deputada**. Disponível em: <www.primeiradeputada.lobato.globo.com/-Linha.asp>. Acesso em: 12 abr. 2014;

_____. **Caçadas de Pedrinho e Hans Staden**, Ed. Brasiliense. Obras Completas. vol.3, São Paulo, 1966;

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil contemporâneo**. Ed. Universitária da UFPE, 2013;

MOURA, Margarida Maria. **Nascimento da antropologia cultural**: A obra de Franz Boas, Revista USP, ISSN 0103, nº 69, p. 123-134, mar-maio 2006, UNICAP BC PE;

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**, São Paulo: Parábola, 2008;

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Record, 1998;

_____. **Dossiê Joaquim Nabuco**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300004>.

Acesso em: 26. fev. 2016;

OLIVEIRA, M. M. de. **Projetos, relatórios e textos na educação básica**: como fazer.

Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008;

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**, 23 ed. Brasiliense, São Paulo, 1997;

REIS Maria Firmina dos. **Úrsula**. Ed. Presença/pró-Memória/ INL. Coleção Resgate, nº12, Rio de Janeiro, 1988;

RESENDE, Viviane de Melo, RAMALHO, Viviane, **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2013;

SANDRONI, Luciana. **Minhas memórias de Lobato**: contadas por Emília, Marquesa de rabió e pelo Visconde de Sabugosa. São Paulo: Companhia da Letras, 1997;

SANTOS. Gevanilda; SILVA, Maria Palmira, **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005;

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros. Ed. Educ. São Paulo: FAFESP/ PALLAS, 2002;

SARDINHA. T. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007;

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. 2. ed. Vozes (RJ), 1995.

ANEXO A

Carta de Monteiro Lobato para Rangel

Taubaté, 2, 4, 1907

Rangel:

Burro até aos fundamentos, infiltrados de incapacidades, com as ideias açucaradas, impenetráveis entre si, chocantes, de vidro fosco; o senso da nuance embotado, os dedos incapazes de tatear, as narinas só sensíveis aos cheiros mais violentos, um *engourdissement* geral; a lenta absorção do Helio Bruma pelo “Dr. Lobato”; uma aproximação já menos repugnada, já menos cortada de náuseas, da coisa forense, do tabelião, do auto, do juiz, da quadrilha inteira de Justiça de olhos vendados – uma lástima, Rangel, uma lástima sem nome o que me acontece, o que acontece a este teu amigo exilado neste lugar provinciano onde a Semana Santa assume foros de Panateneia e o padre Valois é ouvido como outro Bossuet.

Enquanto te escrevo, o foguete e a música atroam os ares, espantam os silfos invisíveis, matam a tiros de pólvora e guinchos de latão essa incomparável música chamada silêncio. E passa uma bandeira vermelha, chamada o Divino, com fitas pendentes que vão recebendo os beijos de todas as beatas; e corre a salva do Divino para pingamento de níqueis. O Divino é um passarinho amarelo na ponta de um pau. Tudo África, neste século de Ruskin e do arbor-day.

Há uma semana que estou preso em casa porque lá fora a semana é santa. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito consumo de agulhas e fumaças cheirosas, e litânias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catinguda e suada. Sovacos ambulantes. A cohue, Rangel; a bohue, Rangel. A carapinha assanhada, a venta larga “fuzilando”, o coronel, o chalé das mulheres, o chapéu-duro e a roupa preta das “pessoas gradas”. Rangel, Rangel... Os olhos cansam-se de feiuras semoventes. Que urbs, estas nossas! As casas são caixões com buracos quadrados. E nem se quer os velhos beirais: inventaram agora o horror da platibanda. Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não

há homens, há macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia.

A Plebe, só ela, com o seu fatras democrático e religioso, a expluir vulgaridade e chateza. Eu vingo-me lendo Nietzsche, lendo o teu Goncourt, lendo até Kant e Hartmann. Vingo-me quebrando a cabeça nos enigmas insolúveis, Eu, não-Eu, Sujeito-Objeto, Imperativos Categóricos, Inconcientes, coisas de Schelling, de Lotze, de Fichte – ideias-mumias, como diz Nietzsche. Vingo-me jogando xadrez.

Na sexta-feira santa peguei no xadrez quando o padre pegou na festa, e larguei do xadrez quando o padre largou da festa, entre estouros do sábado da aleluia e espedaçamento de Judas.

O Goncourt... agora me lembro que... (perdido o resto).

LOBATO

ANEXO B

Segunda Carta de Monteiro Lobato para Rangel

Taubaté, 18, 7, 1905

Rangel:

Andas zangado comigo e com razão, pois num momento de bÍlis não achei válvula para a peçonha e derramei-a toda no focinho da tua vaidade. Mas as coisas mudaram e está hoje uma lua tão bonita no céu da minha janela, e um grilo pia com tanto gosto, e faz tão bom fresco, que chego a esquecer a ferida aberta em meu orgulho e, feliz, espero conversar contigo á moda bombonesca. Essa ferida...

Fizeram-me orador do nosso Clube Recreativo, e no último domingo, em sessão de posse, meti-me por um longo discurso, que me saiu uma sucessão de carochos inacreditáveis. Tamanha foi a minha vergonha que ainda hoje não posso ver, sem corar e baixar a cabeça, as infames criaturas que assistiram á catástrofe. Nunca poderás imaginar, Rangel, que horror é um desastre desses e que quantidade de nevalgias morais nos põe nos nervos do amor próprio. A artificial reputação de talentoso que com o meu sábio silêncio fui criando aqui, aluiu como um castelo de cartas assoprado. Sou para Taubaté, doravante, “uma forte besta” - é o julgamento que leio em todos os olhos que me olham. Meu orgulho parece as ruínas de Pompeia. Humilhei-me. E tão humilde ando que não tenho coragem de falar do teu *Diario*. Que direito tem uma “forte besta” de andar emitindo opiniões

Quanta razão tinha Esopo em meter a catana na língua! No mundo dos peixes não me sobreviria tal desastre.

Mas sacudamos a ferida para um lado. Interrompi esta ontem para ler a tua última – e sinceramente confesso que me aborreci muito. Eu já estava arrependido de em momento de mau humor ter-te escrito aquela catilinaria, que não supus tomasses a sério. Infelizmente foi o

que se deu. Voltemos atrás, amigo, e permaneçamos os dois últimos abencerragens da velha panelinha.

“Em que te interessa a minha vida inteira?” dizes, amargo e ressentido. E eu te respondo que interessa apenas em grau logo abaixo da minha. Essa Bárbara de quem vais ser, conheço-a no tanto possível, e faz parte do meu *salon* imaginário; e o casamento que anuncias para abril enche-me de invejosa satisfação. Espero que no futuro ainda hei de chegar até aí com a minha metade pelo braço, e ouvir, na cozinha, D. Bárbara ordenar á preta: “Mais dois talheres na mesa, que hoje tem visitas – o Dr. Lobato e a senhora”.

Aquela carta, Rangel, me saiu no momento de bílis preta. Num desses momentos em que um acúmulo de aborrecimentosinhos exige a abertura duma torneira qualquer. Uma espécie de eletricidade negra que nos entope os acumuladores e se mete a faiscar de todos os lados. Foi num desses dias aziagos, pretos até no céu chuvoso. Deu-me um tal nojo da vida que me pus a brutalizá-la, como os maridos ciumentos fazem ás esposas inocentes. E não tendo a coragem dum rompimento definitivo com a vida por meio de bala nos miolos ou enforcamento na ceroula, brutalizei com mão nervosa a meia dúzia de laços fortes que a ela me prendem, justamente os mais queridos e mais próximos. Um deles foi a minha maior amiga daqui, a Dona Edel do *Lamberferas*. Outro foi a minha namorada de São Paulo. Outro foi você, Homem Sensível de Moura Rangel! Elas me perdoaram e tu, que és o único Ele do bando, demoras em fazer o mesmo! Quero que queimes a tal carta e lances a cinza aos ventos, como Pedro Arbues fazia com a dos heréticos que torrava. Espero uma resposta que me tire da alma o peso deste remorso de Caim. E depois continuaremos, *Brás dessus, Brás dessous*, pelo macadam da vida afora, conversando nestas cartas que já duram mais de um ano.

Do teu lamentável

LOBATO